

**Caderno do**  
**Congresso de História da Madeira – Rumos**  
**de Pesquisa, Problemáticas, Análises**

**23 a 26**

**Novembro**

**2021**

Secretaria Regional de Turismo e Cultura  
Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira  
Centro de Estudos de História do Atlântico – Alberto Vieira

## A Abrir...

A **Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira (DRABM)**, instituída em Abril de 2020, é o serviço executivo da Secretaria Regional de Turismo e Cultura (Governo Regional da Madeira) «que tem por missão a salvaguarda e a divulgação do património documental e bibliográfico da Região Autónoma da Madeira, assegurar a memória contínua da sua Administração, incentivar a difusão do livro e da leitura, promover o conhecimento e a investigação científica da história da Região no quadro do espaço atlântico.»

A Direção de Serviços do **Centro de Estudos de História do Atlântico – Alberto Vieira (CEHA-AV)** é, por sua vez, a partir de Junho de 2020, a unidade orgânica da DRABM que lida com o último desiderato referido, tendo-lhe sido outorgadas, portanto, «atribuições e competências nos domínios da **investigação científica e da edição no âmbito da história e do património cultural e arquivístico**».

Tais atribuições e competências são concretizadas com acuidade, mas obviamente de modo não exclusivo, na prossecução da edição da revista **Arquivo Histórico da Madeira, Nova Série** (ISSN: 2184-5743), que já conta com três números e segue os seguintes parâmetros editoriais: privilegia, como temáticas globais, a História, a Memória e o Património – material e imaterial – do Arquipélago da Madeira; elege as áreas do conhecimento da História, das Ciências Sociais e Humanas e da Arquivística; tem um Conselho Editorial e um Conselho Científico; cumpre normas editoriais uniformizadoras; vem a lume mediante uma periodicidade anual; é publicada em suporte digital; e fica alojada em linha, permitindo o acesso livre e gratuito (<https://ahm-abm.madeira.gov.pt/>). Num gesto de afirmação científica e cultural da DRABM e do CEHA-AV, considerou-se ser altura de se pensar noutros meios e oportunidades para incremento e permuta de conhecimentos e resultados de investigações científicas. Nesse sentido, estabeleceu-se como projeto axial e estrutural a organização de um congresso científico a ter lugar, no CEHA-AV, no mês de **Novembro (de 23 a 26) do corrente ano de 2021**.

O congresso fornece ensejo para divulgar e pôr em diálogo pesquisas e indagações relacionadas com a História, a Memória e o Património do

Arquipélago da Madeira, e tem a designação de **Congresso de História da Madeira – Rumos de Pesquisa, Problemáticas, Análises**. Como se constata, não se estabelecem restrições temporais ou temáticas – somente geográficas (o Arquipélago da Madeira e todos os fenómenos relacionados com este espaço insular). Almeja-se, sobretudo, a aprendizagem e a discussão de: tópicos novos ou recorrentes de investigação; métodos e abordagens teórico-conceituais transdisciplinares; evoluções, conjunturas e acontecimentos; constantes estruturais; fenómenos comparativos e especificidades; diacronias e sincronias; condições de insularidade, perifericidade e centralidade – desde a longínqua centúria de Quatrocentos até ao ainda novel, mas já eivado de mutações e desafios (e, se quisermos, agruras), século XXI.

Em sinergia com a atividade editorial de pendor científico que a DRABM e o CEHA-AV têm vindo a desenvolver, temos por objetivo que os artigos que brotem das conferências e das comunicações apresentadas ao congresso venham a ser inseridos em futuros números – **4** (correspondente a 2022) e **5** (de 2023) – da revista **Arquivo Histórico da Madeira, Nova Série**.

*Nuno Mota*

*Filipe dos Santos*

## Programa

Dia 23, Terça-feira	
<p><b>Manhã</b></p> <p><b>Registo de participantes</b></p> <p><b>09:00</b></p> <p><b>Sessão de abertura</b></p> <p><b>09:30   10:45</b></p> <p><b>Intervalo</b></p> <p><b>Conferência</b></p> <p><b>11:00   12:30</b></p> <p>Moderação: Filipe dos Santos</p> <p>Paulo Miguel Rodrigues – <i>Da (ausência da) Madeira na historiografia portuguesa: o caso dos séculos XIX e XX. Uma perspectiva</i></p> <p><b>Debate</b></p>	<p><b>Tarde</b></p> <p><b>Painel de comunicações 1</b></p> <p><b>14:00   15:30</b></p> <p>Moderação: Paulo Miguel Rodrigues</p> <p>Paulo Esteireiro – <i>Reflexões sobre periodização: contributos para uma história cultural da Madeira</i></p> <p>Ana Salgueiro – <i>O Anjo da História em Cabral do Nascimento: a História como Arquivo de Ruínas do Passado</i></p> <p>Joana Silva – <i>Os arquivos privados e a sua importância na preservação da memória. Dois estudos/casos entre acervos institucionais centenários da Madeira</i></p> <p><b>Debate</b></p> <p><b>Intervalo</b></p> <p><b>Painel de comunicações 2</b></p> <p><b>16:00   17:45</b></p> <p>Moderação: Paulo Esteireiro</p> <p>Susana Caldeira – <i>Memória, Narrativa e Experiência – O Diário do Americano Edward Watkinson Wells sobre a sua visita à Madeira</i></p> <p>Paulo Figueira – <i>A correspondência açoriana de João dos Reis Gomes</i></p> <p>Helena Rebelo – <i>A História da Ortografia pela Paisagem Linguística do Funchal: Toponímia e Património Linguístico</i></p> <p>Aline Bazenga – <i>Formas de tratamento de segunda pessoa do singular em português: representações e crenças de falantes madeirenses</i></p> <p><b>Debate</b></p>

<b>Dia 24, Quarta-feira</b>	
<p><b>Manhã</b></p> <p><b>Conferência</b> <b>09:30   10:45</b> Moderação: Filipe dos Santos Jorge Freitas Branco – <i>Intermitências insulares. A máquina na configuração da paisagem porto-santense</i></p> <p><b>Debate</b></p> <p><b>Intervalo</b></p> <p><b>Painel de comunicações 3</b> <b>11:00   12:30</b> Moderação: Jorge Freitas Branco Cristina Trindade e Paulo Pernetá – <i>A política económica do Marquês de Pombal: o caso do Porto Santo</i> Luís Pedro Branco – <i>As causas da falência do modelo económico no Porto Santo durante o século XIX</i> Liliana Correia – <i>A família Blandy na Madeira: investimentos e estratégias empresariais no século XIX (uma visão panorâmica)</i></p> <p><b>Debate</b></p>	<p><b>Tarde</b></p> <p><b>Painel de comunicações 4</b> <b>14:00   15:30</b> Moderação: Rita Rodrigues Dinis Gouveia Pacheco – <i>A cal e a construção no Arquipélago da Madeira nos séculos XV-XVI</i> Rui Campos Matos – <i>Arquitectura e Turismo na Madeira, (Des)Continuidades Históricas</i> Emanuel Gaspar – <i>A Arquitectura Modernista e Moderna na Madeira</i></p> <p><b>Debate</b></p> <p><b>Intervalo</b></p> <p><b>Painel de comunicações 5</b> <b>16:00   17:45</b> Moderação: Rui Campos Matos Luís Timóteo Ferreira – <i>Contrariar o deserto historiográfico madeirense sobre a medicina e a saúde pública: análise crítica e caminhos possíveis</i> Nulita Andrade – <i>A epidemia de cólera na Madeira (1856): das políticas régias às práticas locais</i> Nélio Pão – <i>A Assistência Hospitalar na Madeira durante a Epidemia de Cólera de 1856</i> José Janes – <i>João da Câmara Leme, o polemista</i></p> <p><b>Debate</b></p>

<b>Dia 25, Quinta-feira</b>	
<p><b>Manhã</b></p> <p><b>Conferência</b> <b>09:30   10: 45</b> Moderação: Nuno Mota Diogo Ramada Curto – <i>Madeira, a Terra e o Atlântico</i></p> <p><b>Debate</b></p> <p><b>Intervalo</b></p> <p><b>Painel de comunicações 6</b> <b>11:00   12:30</b> Moderação: Diogo Ramada Curto Bruno Abreu Costa – <i>O Amor e a Luxúria: subsídios para o quotidiano no arquipélago da Madeira (séculos XVI-XVII)</i> Rita Rodrigues – <i>Luxos: na mesa e cama dos madeirenses (séculos XVI a XIX)</i> Ana Madalena Trigo de Sousa – <i>Sindicar a Justiça Senhorial: «Os Autos da Residência» do Ouvidor da Capitania de Machico (1740)</i></p> <p><b>Debate</b></p>	<p><b>Tarde</b></p> <p><b>Painel de comunicações 7</b> <b>14:00   15:30</b> Moderação: Elisabete Marques Cristina Martins – <i>Entre a fonte e a narrativa histórica: uma metodologia aplicada às certidões de passaporte das regedorias de paróquia do Funchal (1851-1861)</i> Fernando Tavares Pimenta – <i>“Nova Madeira”? Notas e reflexões para o estudo da história da colonização madeirense no Planalto da Huíla (Angola), 1884-1975</i> Odete Souto – <i>Migração Madeirense para Angola e Moçambique (1940-1974)</i></p> <p><b>Debate</b></p> <p><b>Intervalo</b></p> <p><b>Painel de comunicações 8</b> <b>16:00   17:45</b> Moderação: Fernando Tavares Pimenta Emília Tavares – <i>Património Fotográfico: Entre o Arquivo e o Museu, um caso de estudo</i> Ana Paula Almeida – <i>Ficar bem na fotografia. A visita régia ao Funchal (1901)</i> Jorge Torres – <i>Os caminhos da etnografia madeirense</i> Elisabete Marques – <i>“De penar airoso é o coração do insular”. A Ilha da Madeira como emblema da saudade</i></p> <p><b>Debate</b></p>

**Dia 26, Sexta-feira**

**Manhã**

**Painel de comunicações 9**

**09:30 | 11:15**

Moderação: Isabel Drumond Braga

Javier Luis Álvarez Santos – *Los otros isleños de Canarias: La insularidad portuguesa en el proceso de conformación de la sociedad canaria durante los siglos XVI y XVII*

Jorge Manuel Martins Ribeiro – *Os madeirenses na Guiana Inglesa e a forma como eram vistos pelos cônsules de Portugal aí destacados entre 1845 e 1891*

Ismael Cerqueira Vieira – *Geografias médicas e a apologia do clima madeirense no tratamento da tísica no século XIX*

Duarte Nuno Chaves – *Notas históricas para o estudo do itinerário do pão e das suas técnicas nos Açores com algumas analogias ao arquipélago da Madeira*

**Debate**

**Intervalo**

**Painel de comunicações 10**

**11:30 | 13:00**

Moderação: Jorge Manuel Martins Ribeiro

Isabel Drumond Braga – *Um projeto utópico: o estabelecimento de uma colónia naturista infantil na Madeira (1929)*

Mathias Saecker – *O “longo braço” do regime nazi na Madeira, 1933 – 1939. O caso do cônsul alemão*

Helena Pinto Janeiro – *Da Deportação ao Refúgio ou à Morte: As Ilhas da Madeira e Timor-Leste nas Memórias Portuguesas da II Guerra Mundial*

**Debate**

## Notas Curriculares e Resumos

23 de Novembro

### Conferência

11:00 | 12:30

Paulo Miguel Rodrigues – *Da (ausência da) Madeira na historiografia portuguesa: o caso dos séculos XIX e XX. Uma perspectiva*

### **Nota Curricular**

Doutorado em História Contemporânea, pela Universidade da Madeira (2007), licenciado (1992) e mestre (1999) na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. É Professor Associado na Faculdade de Artes e Humanidades da Universidade da Madeira, onde leciona desde 1995. É Coordenador Científico do Centro de Investigação em Estudos Regionais e Locais (UMa-CIERL), investigador do Centro Interuniversitário de Estudos Camonianos da Universidade de Coimbra e do Pólo História, Territórios e Comunidades da NOVA FCSH (Lisboa). Especialista em História Política e Institucional e das Relações Internacionais, tem vários trabalhos académicos ou de divulgação, publicados em Portugal e no estrangeiro, no âmbito do estudo da Autonomia. Endereço eletrónico: pmrodrigues@staff.uma.pt.

### **Resumo**

Esta conferência tem por objecto sinalizar, de modo experimental, a presença (ou a ausência) do Arquipélago da Madeira numa selecção de obras – algumas das quais consideradas de referência – no quadro da historiografia portuguesa contemporânea. Na sequência deste processo, procuramos aferir do teor de inclusão e/ou exclusão do espaço insular madeirense nos textos em causa, tentando identificar e perceber as razões para tal presença/ausência e daí deduzir as necessárias conclusões. Em alguns casos, muito excepcionais, a nossa análise foi extensível a produções existentes nos formatos digital e áudio.

Neste contexto, procuramos identificar e caracterizar a existência de fenómenos de esquecimento, de presença condicionada ou até de ignorância, os quais, se é certo que, por um lado, até contribuem para fundamentar a especificidade da realidade madeirense, e transformam o arquipélago num espaço fronteira – com consequências evidentes, desde logo nos campos político e historiográfico actuais –, por outro, também revelam a imperiosa necessidade de se encontrarem estratégias para combater a persistência dos três fenómenos referidos, em prol de um melhor e mais profundo conhecimento das Histórias Contemporâneas da Madeira e de Portugal.

No que ao *corpus* diz respeito e sem a pretensão de ter realizado uma selecção exaustiva, definimos quatro subgrupos de textos para análise: a) Histórias de Portugal; b) Histórias da Expansão/Império, da Economia e afins (de âmbito geral); c) Historiografia sobre temas do período contemporâneo; d) Outros textos de carácter específico (geografia, ciência política, sociologia e antropologia). A ele anexamos algumas intervenções, de carácter e formato diverso, mas não avulsas, retiradas de vários meios de comunicação social.

## **Painel de comunicações 1**

**14:00 | 15:30**

Paulo Esteireiro – *Reflexões sobre periodização: contributos para uma história cultural da Madeira*

### **Nota Curricular**

Diretor de Serviços de Investigação, Comunicação, Edições e Formação no Conservatório – Escola Profissional das Artes da Madeira e investigador integrado do Centro de Estudos de Sociologia e Estética Musical (UNL/FCSH). É licenciado, mestre e doutorado em Ciências Musicais pela Universidade Nova de Lisboa, tendo obtido nos estudos de mestrado e doutoramento a classificação máxima por unanimidade do júri. Entre as suas publicações destacam-se *As Artes Performativas no Funchal*, *Estudos sobre Educação e Cultura*, *Uma História Social do Piano*, *Músicos Interpretam Camões*, *50 Histórias de Músicos na Madeira*, *Regionalização do Currículo de Educação Musical* e três livros de composições para Braguinha. É coordenador da *Coleção Madeira Música*, da coleção *Contributos e Ideias para a Educação Artística* e do projeto editorial *Antologia da Música na Madeira*. É autor de um largo número de artigos e capítulos de livros, em publicações científicas nacionais e internacionais na área da musicologia e da pedagogia. Realiza regularmente comunicações e conferências em congressos especializados de artes e educação (Portugal, Espanha, Itália, Escócia, Áustria, Estónia, Polónia, Suécia e Brasil). Foi docente convidado da Escola Superior de Educação de Setúbal, assistente do 1.º triénio da Escola Superior de Educação de Bragança e professor adjunto convidado do Instituto Superior de Ciências Educativas. Endereço eletrónico: paulo.esteireiro@edu.madeira.gov.pt.

### **Resumo**

Em dois projetos de investigação recentes – um verbete sobre música para o *Dicionário Enciclopédico da Madeira*<sup>1</sup> e uma monografia mais alargada sobre a *História da Música da*

---

<sup>1</sup> ESTEIREIRO, Paulo, 2018, «Música», in *Dicionário Enciclopédico da Madeira*, Funchal, Agência de Promoção da Cultura do Atlântico.

*Madeira*<sup>2</sup> – confrontei-me com o problema de redigir uma história de um período temporal bastante alargado: seis séculos de atividade musical num determinado espaço geográfico, o arquipélago da Madeira.

Debati-me então com um conceito, a periodização, que até então tinha sido pouco central nos meus anteriores estudos, onde o período mais longo que tinha pesquisado numa monografia era de cerca de um século<sup>3</sup>.

Compreendi então com maior profundidade Vitorino Magalhães Godinho, quando este afirmou não ser «possível assentar sem arbitrariedade uma divisão da história de Portugal em períodos» e que esta «divisão em períodos não pode traduzir-se em datas precisas»<sup>4</sup>.

Perante este problema da periodização, socorri-me nos dois projetos acima referidos da proposta do filósofo Karl Popper, inspirada no historiador Lord Acton, de que os historiadores deveriam «estudar problemas de preferência a períodos»<sup>5</sup>.

Experimentei então estruturar os seis séculos de história da música na Madeira de várias formas, procurando, numa espécie de tentativa e erro e num vaivém entre pesquisa e redação, definir as partes principais dos seis séculos em estudo, em torno de problemas marcantes ou tecnologias que espoletassem mudanças de grande impacto na sociedade madeirense e cuja influência se mantivesse durante largos períodos temporais.

A síntese de toda a informação disponível foi complexa e teria sido possível estruturar a periodização de outro modo em ambos os projetos de investigação. Esta síntese corporiza-se na periodização que apresento nesta comunicação, que constitui somente uma proposta, entre outras possíveis, de exposição dos factos e das obras que constituem a história da música regional e dos contextos que a caracterizaram, ao longo de seis séculos.

## Ana Salgueiro – *O Anjo da História em Cabral do Nascimento: a História como Arquivo de Ruínas do Passado*

### Nota Curricular

Doutoranda em Estudos de Cultura na Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa (UCP), mestre em Literaturas Africanas de Língua Portuguesa pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, onde se licenciou em Línguas e Literaturas Modernas – Estudos Portugueses. É investigadora integrada no Centro de Estudos de Comunicação e Cultura da UCP e investigadora colaboradora quer no Centro de Estudos de História do Atlântico – Alberto Vieira | Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira, quer

<sup>2</sup> ESTEIREIRO, Paulo, 2021, *História da Música na Madeira*, Funchal, Associação Musical e Cultural Xarabanda, Câmara Municipal do Funchal.

<sup>3</sup> ESTEIREIRO, Paulo, 2016, *Uma História Social do Piano*, Funchal, Edições Colibri, Centro de Estudos de Sociologia e Estética Musical.

<sup>4</sup> GODINHO, Vitorino Magalhães, 1975, «Periodização», in SERRÃO, Joel (dir.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. V, Porto, Livraria Figueirinhas.

<sup>5</sup> POPPER, Karl, 1993, *O Mito do Contexto*, Lisboa, Edições 70.

Arquitetura Arquivos  
Bibliotecas Centralidade  
Ciências

no Centro de Investigação em Estudos Regionais e Locais da Universidade da Madeira. Os seus trabalhos, nas áreas dos Estudos Literários, de Cultura e Insulares, têm-se ocupado sobretudo dos sistemas insulares da Macaronésia Lusófona. Assume preferencialmente enquadramentos interdisciplinares e aborda questões como: o exílio e a mobilidade humana, cultural e textual; as implicações entre cultura e poder; a relação entre fenómenos culturais, imaginários e fenómenos naturais; o papel dos discursos artístico e académico nas sociedades contemporâneas. Este trabalho tem sido apresentado em reuniões científicas e eventos culturais, e publicado em livros, atas e publicações periódicas especializadas, nacionais e estrangeiras. Endereço eletrónico: ana.meb.salgueiro@madeira.gov.pt.

## Resumo

«Há um quadro de Klee intitulado *Angelus Novus* [...]. O anjo da história deve ter este aspecto. Voltou o rosto para o passado. A cadeia de factos que aparece diante dos nossos olhos é para ele uma catástrofe sem fim [...]. Ele gostaria de parar para acordar os mortos e reconstruir, a partir dos seus fragmentos, aquilo que foi destruído. Mas do paraíso sopra um vendaval que se enrodilha nas suas asas [...]. Este vendaval arrasta-o imparavelmente para o futuro, a que ele volta costas, enquanto o monte de ruínas à sua frente cresce até ao céu. Aquilo a que chamamos o progresso é este vendaval»<sup>6</sup>.

Em carta datada de 13.10.1962 dirigida a João Gaspar Simões e hoje conservada no Arquivo de Cultura Portuguesa da Biblioteca Nacional de Portugal, João Cabral do Nascimento (Funchal, 22.03.1897 – Lisboa, 02.03.1978) resume o seu percurso biográfico, destacando, entre outros dados, o facto de ter aceitado «o cargo de director do Arquivo Distrital do Funchal, cuja criação [ele] propusera e [...] instal[ara] de alto a baixo» e de, «enquanto arquivista», se ter dedicado «*malgré moi*, a trabalhos históricos», ter editado «uma revista da especialidade» e ter sido «nomeado académico correspondente da Academia Portuguesa de História».

Se destas palavras não restam dúvidas sobre a inequívoca identidade arquivística de Cabral do Nascimento (*de facto* e *de jure*), o mesmo não se pode concluir da sua identificação com o papel de Historiador. Desde logo, pelo recurso ao galicismo «*malgré moi*», quando Nascimento se reporta aos numerosos textos acerca de figuras e fenómenos culturais com relevo para a História da Madeira, que foi dando à estampa, de forma dispersa, em várias publicações periódicas locais, sobretudo nas duas décadas que acompanharam a fundação do Arquivo Distrital do Funchal (ADF) e, depois, enquanto responsável editorial pela revista *Arquivo Histórico da Madeira*.

Tomando como objeto de análise o fundo do ADF à guarda no Arquivo e Biblioteca da Madeira e colocando alguma da documentação aí existente em articulação com textos dispersos de temática histórica madeirense assinados por Cabral do Nascimento nos anos 1920 e 1930, procuraremos indagar sobre o sentido das reticências que se insinuam nas suas palavras, quando se refere ao seu papel como Historiador. Tratar-se-á de uma reserva sobre a qualidade

---

<sup>6</sup> BENJAMIN, Walter, 1940, *Teses sobre a filosofia da História* (tese IX), trad. João Barrento.

do seu trabalho na área da Historiografia? Ou, um pouco na senda do pensamento de Walter Benjamin sobre a Filosofia da História (autor coevo de Cabral do Nascimento e também de ascendência judaica), o galicismo *malgré moi* antes sinaliza as reservas epistemológicas de um sujeito fascinado pelo Passado, mas consciente das fragilidades e limitações que a História apresentava, enquanto disciplina e discurso científico que quer resgatar o Passado para o Presente?

Joana Silva – *Os arquivos privados e a sua importância na preservação da memória. Dois estudos/casos entre acervos institucionais centenários da Madeira*

### Nota Curricular

Licenciada em História da Arte (2007) pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, e mestre em História e Património – ramo de Arquivos Históricos (2009) pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Doutoranda em Ilhas Atlânticas: História, Património e Quadro Jurídico Institucional, pela Universidade da Madeira. Endereço eletrónico: joanajuditesilva@gmail.com.

### Resumo

O valor e a importância histórica dos arquivos privados estão cada vez mais vinculados na nossa sociedade. Nos dias que correm observamos um crescimento exponencial no investimento para a sua preservação e conservação. Há um maior interesse pelas informações que nos oferecem, abrangendo um grande manancial de áreas como, por exemplo, a economia, a vida privada, a arte, as políticas e as legislações aplicadas, e surgem, conseqüentemente, cada vez mais estudos resultantes dessas investigações.

Dito isto, proponho uma abordagem por dois arquivos privados com uma conotação tanto de empresarial como de familiar, o Arquivo Histórico da Madeira Wine Company e o Arquivo João de Freitas Martins.

O primeiro tem um acervo composto por cerca de 11 mil documentos, simples e compostos, dividido por 35 subfundos oriundos das diversas empresas que a MWC foi “absorvendo” ao longo do século XX. Neste arquivo, o documento mais antigo data de 1679.

O Arquivo João de Freitas Martins, apesar de ser um fundo mais modesto em termos de quantidade, tem pouco mais de 180 documentos, e é também um importante instrumento de estudo que está em regime de depósito no Arquivo e Biblioteca da Madeira desde 2016.

O pretendido aqui é trazer ao público uma nova consciência em relação à história empresarial portuguesa, neste caso específico madeirense, que segundo José Manuel Lopes Cordeiro<sup>7</sup> «tem

<sup>7</sup> CORDEIRO, José Manuel Lopes, 2000, «Arquivos de empresa e história empresarial», in *Actas do 1.º Encontro de Arquivos Empresariais – BAD*, Lisboa.

vindo a conquistar, progressivamente, o estatuto científico e acadêmico que nos outros países já há muito lhe está reconhecido», contrapondo ainda com a vida das famílias que as geriam, pois a tradição do herdar o “negócio de família” é algo mundialmente transversal.

## **Painel de comunicações 2**

**16:00 | 17:45**

Susana Caldeira – *Memória, Narrativa e Experiência – O Diário do Americano Edward Watkinson Wells sobre a sua visita à Madeira*

### **Nota Curricular**

Mestre pela Universidade da Madeira em 2005, estudou Cultura e Literatura Anglo-Americanas e focou a sua pesquisa na emigração madeirense para o Hawai'i, fazendo uso do diálogo fértil entre múltiplas ciências como a História, a Sociologia, a Antropologia, a Etnografia, etc., para explorar temas como mobilidade, identidade, alteridade, preconceito, racialização, aculturação, entre outros: CALDEIRA, Susana, 2010, *Da Madeira para o Hawaii: A Emigração e o Contributo Cultural Madeirense*, Coleção Teses, n.º 7, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico. Os seus interesses focam-se, sobretudo, no âmbito da cultura e literatura insulares e tem revelado alguma pesquisa sobre o papel da mulher nas migrações. Tem vários artigos publicados. Está, atualmente, a desenvolver o Doutoramento na Universidade da Madeira, na área das Literaturas e Culturas Insulares. É investigadora no Centro de Estudos de História do Atlântico – Alberto Vieira | Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira, membro do CEC (Centro de Estudos Comparatistas da Universidade de Lisboa) e Investigadora Associada do Projeto Colour of Labour: The Racialized Lives of Migrants (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa). Endereço eletrónico: susana.coc.caldeira@madeira.gov.pt.

### **Resumo**

Talvez pela sua escrita mais insípida, o diário de Edward W. Wells não tem sido estudado até à data – ou de tal não temos conhecimento. Nas inúmeras leituras que fizemos sobre literatura de viagens, encontrámos duas ou três referências ao documento, o que comprova que é um diário conhecido dos estudiosos desta temática ou das narrativas estrangeiras que versam sobre a Madeira, apesar de não ter suscitado especial curiosidade o seu estudo. Resultando o nosso interesse da tradução, que recentemente fizemos para português, do referido diário, este ensaio pretende analisar o diário do americano Edward Watkinson Wells *Uma Viagem à Madeira (1836/1837)*, na perspetiva da memória individual e coletiva, não descurando os conceitos de temporalidade e experiência, imperativos para a compreensão de uma narrativa de viagem e da sua importância na construção da historiografia insular. Na mesma linha de análise, importa-nos compreender a experiência de alteridade: o encontro com o *outro*, o olhar estrangeiro e

observador que é lançado sobre o *outro*, o objeto observado, e entender o motivo pelo qual este *outro* é digno de registo.

Paulo Figueira – *A correspondência açoriana de João dos Reis Gomes*

### **Nota Curricular**

Licenciado em Línguas e Literaturas Clássicas e Portuguesa (Universidade da Madeira, 2001), mestre em Estudos Interculturais, com a dissertação *Percursos da subjectividade pós-modernista: um contributo para a análise das poéticas de José Agostinho Baptista e Eduardo White* (UMa, 2008), e doutorado em História – Ilhas Atlânticas: História, Património e Quadro Jurídico Institucional, com a tese *João dos Reis Gomes: Contributo Literário para a Divulgação da História da Madeira* (UMa, 2021). É membro integrado do CEC (Centro de Estudos Comparatistas-UL) e membro do CLEPUL (Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias). Endereço eletrónico: pcvfigueira@gmail.com.

### **Resumo**

A epistolografia, como género, abarca textos literários e não-literários, que procuram, na forma de carta, uma reflexão, um diálogo, uma troca de impressões com destinatários ou recetores (atendendo ao artifício literário), que podem permitir uma espécie de exposição retórica. João dos Reis Gomes, escritor, jornalista e também oficial do Exército, natural do Funchal (5 de janeiro de 1869 – 21 de janeiro de 1950), deixou-nos uma produção epistolográfica ainda pouco conhecida em relação aos restantes textos da sua autoria. Na Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada, encontramos algumas cartas que, de uma maneira ou de outra, nos transmitem uma vertente diferente de João dos Reis Gomes, em que podemos supor o teor de conversas mantidas com grupos de amigos, embora não possamos afirmar que a perspetiva de um autor de uma carta, na procura de um diálogo com o destinatário, corresponda, por inteiro, ao que está escrito. São de particular interesse as missivas trocadas com os açorianos Teófilo Braga, Manuel Monteiro Velho Arruda e José Bruno Tavares Carreiro, no âmbito da admiração, cultura e história das ilhas e ainda crítica literária, deixando um legado que podemos considerar informal, de impressões culturais de personalidades influentes da história recente das ilhas, mas, em simultâneo, de amizade e estima. As cartas, que constituem objeto da nossa atenção nesta comunicação, não foram concebidas com o propósito editorial, mas sim com a função primordial de expressão de admiração e fluente troca de impressões de assuntos, com destinatários específicos. Trata-se de documentos que, no seu modo informal de troca de correspondência, permitem mostrar aspetos do quotidiano e confirmar gostos e contactos da vida intelectual de João dos Reis Gomes.

## Helena Rebelo – *A História da Ortografia pela Paisagem Linguística do Funchal: Toponímia e Património Linguístico*

### Nota Curricular

Professora Auxiliar do Departamento de Línguas, Literaturas e Culturas da Faculdade de Artes e Humanidades, na Universidade da Madeira (UMa), sendo docente universitária desde 1998. É licenciada em Línguas e Literaturas Modernas e mestre em Linguística Portuguesa pela Universidade de Coimbra. Na Universidade Aberta, realizou uma qualificação em Ciências da Educação. Na Universidade da Madeira, doutorou-se em Linguística Portuguesa e desenvolveu, na Universidade de Aveiro, um pós-doutoramento. Quanto à investigação, por um lado, está ligada ao Centro de Línguas, Literaturas e Culturas da Universidade de Aveiro (CLLC-UA), integrando o Grupo da Variação Linguística e colaborando, em particular, na feitura do Atlas Multimédia Prosódico do Espaço Românico, e, por outro lado, está ligada ao Centro de Investigação em Estudos Regionais e Locais (CIERL-UMa), em especial ao Grupo de Estudos da Paisagem. É membro de diversas associações, nomeadamente a Associação Internacional de Lusitanistas, integrando o Conselho Fiscal desde 2014. Participa regularmente em encontros científicos, tendo múltiplos trabalhos – crónicas linguísticas, ensaios, artigos, capítulos de livros, livros, etc. – publicados. Em 2017, recebeu o Prémio Maria Aurora para a Igualdade de Género da Câmara Municipal do Funchal. Desde 2019, dirige o Mestrado em Estudos Regionais e Locais da UMa. Endereço eletrónico: mhrebelo@staff.uma.pt.

### Resumo

Numa comunidade, especialmente se for citadina, há heranças linguísticas do passado que podem estar visíveis no presente, em pleno espaço público. Os antepassados deixaram marcas escritas que são reflexos das mudanças ortográficas ocorridas ao longo do tempo, devido a opções políticas que se foram alterando. Convivem, conseqüentemente, ortografias diferentes num mesmo território. Pretende-se comprovar o fenómeno a partir do caso da cidade do Funchal, lembrando a História da Ortografia da Língua Portuguesa num percurso pela cidade. Com frequência, o falante, enquanto transeunte, não lhes dá relevância, no seu dia-a-dia. No entanto, pontualmente, pode vir a valorizá-las. Quem passear pelas ruas, e prestar atenção aos pormenores da paisagem linguística funchalense, vai deparar-se com placas toponímicas a indicar artérias ou marcas comerciais com logótipos coloridos, além de vários sinais de trânsito que têm particularidades ortográficas. Todos estes elementos linguísticos são informativos e associam-se a outras indicações linguísticas espalhadas pelos diversos espaços urbanos, incluindo propaganda, publicidade e avisos. Pretende-se destacar aqui a História da Ortografia, através de alguns exemplos da Paisagem Linguística do Funchal. Estas marcas linguísticas destacam-se na paisagem da cidade do Funchal, quando se olha, de perto, com atenção. Do conjunto destes dados paisagísticos, dá-se primazia às marcas, algumas delas da toponímia, que se identificam como vestígios de um Património Linguístico herdado e a legar.

## Aline Bazenga – *Formas de tratamento de segunda pessoa do singular em português: representações e crenças de falantes madeirenses*

### Nota Curricular

Doutorada em Letras / Linguística Francesa (2004) pela Universidade da Madeira, é docente desta instituição desde 1992. Foi Diretora da Licenciatura em Ciências da Cultura, Presidente do Departamento de Estudos Romanísticos, Vice-Presidente e Presidente da Faculdade de Artes e Humanidades. Investigadora integrada na Equipa de Investigação Dialectologia e Diacronia do CLUL (Centro de Linguística da Universidade de Lisboa), desde 2005. Colabora ainda com o CLEPUL (Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias – Universidade de Lisboa) e com o CIERL-UMa (Centro de Investigação em Estudos Regionais e Locais – Universidade da Madeira), enquanto coordenadora da área de Linguística do Projeto *Aprender Madeira – Dicionário Enciclopédico da Madeira* e do Projeto *ARPOFAMA (Arquivo do Português Falado na Madeira)*, respetivamente. Desde 2010, tem vindo a desenvolver investigação na área da Variação Sintática em Variedades do português, no âmbito da Sociolinguística Variacionista. Das suas mais de três dezenas de publicações são de destacar as mais recentes, sobre aspetos sintáticos do português europeu insular (Madeira). Tem em preparação a publicação de um conjunto de estudos, com o título provisório *Um Português com Açúcar. Aspetos da Sintaxe do Português Falado por Madeirenses (Produção e Perceção)*, e que contará com o contributo de vários investigadores portugueses e estrangeiros. Endereço eletrónico: [aline.bazenga@staff.uma.pt](mailto:aline.bazenga@staff.uma.pt).

### Resumo

As formas de tratamento (doravante FT) de segunda pessoa do singular em português, disponível para uso numa grande variedade de contextos de interlocução social, constituem um sistema complexo, marcado por uma grande diversidade formal de variantes linguísticas de tipo nominal e pronominal, para além de formas verbais de 3SG, sem sujeito exposto. As variantes de tipo nominal constituem uma classe aberta, sendo possível subcategorizá-las em formas de parentesco, de afeto, de profissão ou cargo, etc. Pretende-se comunicar os resultados de investigação sobre esta temática, realizada junto de falantes madeirenses, entre 2019 e 2021, e compará-los com dados provenientes de estudos similares tendo por foco outras variedades do português. Nos questionários que foram sendo aplicados ao longo deste período, procurou-se perceber os julgamentos de aceitabilidade e o valor social assumido pelas diversas variantes selecionadas para avaliação dos inquiridos, em função de contextos de interação social específicos, caracterizados por uma maior/menor proximidade e assimetria entre interlocutores. Os resultados mostraram alguma especificidade no modo como os falantes madeirenses avaliam as variantes de FT em contexto familiar, uma apreciação negativa da variante *você*, e, de um modo geral, uma preferência por formas nominais, em detrimento da estratégia que consiste no uso de formas verbais de 3SG, sem realização do sujeito (nominal ou pronominal). Os dados obtidos apontam ainda para a relevância de fatores sociais, tal como o nível de escolaridade dos

participantes madeirenses, na avaliação de FT, sobretudo quando confrontados com variantes propostas para interações sociais marcadamente assimétricas (patrão/empregado, por exemplo).

\*

\* \*

**24 de Novembro**

### **Conferência**

**09:30 | 10:45**

Jorge Freitas Branco – *Intermitências insulares. A máquina na configuração da paisagem porto-santense*

### **Nota Curricular**

Professor catedrático de antropologia social no ISCTE Instituto Universitário de Lisboa, investigador do CRIA-IUL. Lecionou ainda nas universidades de La Laguna, Tenerife (1992) e Complutense de Madrid (2010). Foi professor visitante nas universidades de Leipzig (1996-97), de Marburg (2000) e na Federal de Pernambuco, UFPE, Recife, Brasil (2010). Realizou investigação de terreno em Portugal continental, ilhas atlânticas (Madeira), Alemanha, Brasil, França, com publicações sobre: materialidades, culturas populares, história das antropologias marginais, museus e coleções, culturas do laicismo. Reeditou a sua tese de doutoramento: BRANCO, Jorge Freitas, 2019, *Camponeses da Madeira. As bases materiais do quotidiano no arquipélago, 1750-1900*, Funchal, Direção Regional da Cultura. Endereço eletrónico: [jorge.branco@iscte-iul.pt](mailto:jorge.branco@iscte-iul.pt).

### **Resumo**

Na paisagem atual insular encontram-se vestígios de mecanizações abandonadas. Partindo de alguns destes casos tornados ruínas consolidadas ou entretanto absorvidas, interrogo o papel desempenhado pela máquina na configuração da paisagem insular. A discussão de alguns casos que se enumeram, como as moagens (farinações alimentares), os extrativismos (cal, cimentos, pozolana), assim como as captações energéticas revelam contextos mecânicos avulsos, sucessivamente descontinuados. Como processo a mecanização, envolvendo tanto a segurança alimentar como a exploração de georrecursos, caracterizou-se pelo cariz intermitente, em que uma leitura desses falhanços – inspirando-me agora em Bruno Latour –, em parte ainda incrustados na paisagem, ajudam a situar as controvérsias sobre êxitos do presente (p. ex. dessalinização, turismo) em que se reflete a terciarização da vida social.

### **Painel de comunicações 3**

**11:00 | 12:30**

Cristina Trindade e Paulo Pernetá – *A política económica do Marquês de Pombal: o caso do Porto Santo*

#### **Notas Curriculares**

Cristina Trindade licenciou-se em História pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa em 1978, tendo prosseguido formação académica na Universidade da Madeira. Pertence, presentemente, ao CLEPUL (Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa), e ao CIDH (Cátedra Infante D. Henrique), da Universidade Aberta; é coordenadora executiva do Dicionário Enciclopédico da Madeira e presidente de uma associação cultural. Endereço eletrónico: trindadeanacristina@gmail.com.

Paulo Pernetá é formado em Biologia, ramo de Biologia Celular e Biotecnologia, pela Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa. Desde 2003 que trabalha e desenvolve projectos de investigação em Genealogia e História, com foco sobretudo na história e origem das famílias dos Arquipélagos da Madeira e Açores, origem documental de povoadores, e reconstrução de paróquias em ambos os arquipélagos, em particular nos séculos XV a XVII. Pertence à Associação para o Desenvolvimento dos Estudos Globais e Insulares (ADEGI), sendo investigador associado do CLEPUL (Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa), no polo da Madeira. É membro da Rede Global Creative Commons e da Associação Wikimedia Portugal, desenvolvendo um importante trabalho colaborativo nos vários projectos da Fundação Wikimedia, em particular Wikimedia Commons, Wikidata e Wikipédia. Endereço eletrónico: paulospernetá@gmail.com.

#### **Resumo**

No quadro da mentalidade iluminista que perfilhava, o Marquês de Pombal introduziu mudanças profundas na orientação económica do reino e do império, entre as quais se contam algumas que disseram respeito à Madeira e, em particular, ao Porto Santo.

O que esta comunicação propõe é precisamente um olhar mais de perto para a situação económica do Porto Santo em tempos do muito pombalino governador João António de Sá Pereira e, ao mesmo tempo, avaliar do grau de inovação dessas medidas.

## Luís Pedro Branco – *As causas da falência do modelo económico no Porto Santo durante o século XIX*

### Nota Curricular

Licenciado em Gestão (2005) pela Universidade da Madeira, Mestre em Ciências Empresariais (2009) pelo Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa, com a dissertação *Book-to-Market e Dimensão como Características das Rendibilidades das Acções – Evidência em Alguns Índices Europeus*; Doutorando em Ilhas Atlânticas, Património, Cultura e Enquadramento Jurídico Institucional pela Universidade da Madeira; Diretor de Compliance de uma instituição financeira pertencente ao Grupo Santander. Tem artigos publicados na área da Gestão, mas atualmente tem desenvolvido maior interesse por temas relacionados com História Económica e Empresarial. Endereço eletrónico: [lpedrobranco@gmail.com](mailto:lpedrobranco@gmail.com).

### Resumo

A história económica do Porto Santo, durante o século XIX, está marcada por inúmeros episódios de contração. O modelo assente na exploração dos recursos naturais disponíveis falhou recorrentemente por diversas razões. Por um lado, a ilha era pobre em recursos hídricos, sendo que durante o século XIX a sua população tinha unicamente disponíveis, para abastecimento, a Fonte da Areia (a norte), a Fonte do Tanque e a Fontinha. A Fonte do Tanque, a mais importante, fornecia água para algumas culturas mais próximas da vila, onde estavam situadas as principais explorações agrícolas da ilha, mas a falta de meios na distribuição de água de rega fazia com que as culturas mais afastadas destas fontes se encontrassem mais vulneráveis à falta de água provocada pelos recorrentes períodos de seca. Por outro lado, profundas deficiências nas vias de comunicação da ilha também contribuíram negativamente para o seu desenvolvimento económico. A falta de vias de comunicação que possibilitassem o transporte de mercadorias em veículos com rodas de tração animal, bem como as precárias ligações marítimas com a ilha da Madeira, principal mercado de venda dos excedentes produtivos e de compra de bens essenciais, também se revelaram uma desvantagem para o crescimento económico e desenvolvimento da sua população.

Outro fator que contribuiu para a fraca atividade económica verificada durante o período em estudo foi a falta de ligações comerciais com o exterior, sendo que as ligações comerciais se efetuavam unicamente com a ilha da Madeira.

A modernização da tecnologia na exploração agrícola apresentava-se pouco dinâmica, pela falta de investimento da sua população e do Reino no desenvolvimento de alternativas para aumentar a disponibilidade de água de rega durante os períodos de seca.

Outra importante fonte de rendimento e de ocupação da população ativa do Porto Santo era a extração de pedra cal. Este minério era abundante e de grande qualidade, no entanto, esta atividade, para além de não ser suscetível a variações climatéricas, também sofria grandes condicionantes que impediram maior desenvolvimento.

A exploração de salinas era uma atividade que apresentava grande potencial, mas a sua exploração também sofreu diversas condicionantes, que não permitiram aos seus promotores ganharem dimensão nem rendibilidade.

Neste sentido, pretendo com a minha comunicação aprofundar as causas que provocaram a falência do modelo económico vigente, explorando cada uma das principais atividades económicas desenvolvidas no Porto Santo, como é o caso da produção agrícola, da produção de sal e da extração mineira, onde se inclui a indústria da cal.

### Liliana Correia – *A família Blandy na Madeira: investimentos e estratégias empresariais no século XIX (uma visão panorâmica)*

#### **Nota Curricular**

Licenciada em Línguas e Literaturas Modernas, variante Inglês/Alemão. Concluiu o Mestrado em Cultura e Literatura Anglo-americanas em Janeiro de 2005. É professora de Inglês e Alemão do 3.º ciclo e Secundário desde 1997. Tem colaborado com o IAVE desde 2014, primeiro como professora classificadora do exame de Inglês de 9.º ano “Key for schools” e, mais tarde, como formadora e supervisora (Team Leader) do exame “Preliminary English Test”. Atualmente, é professora requisitada no Centro de Estudos de História do Atlântico – Alberto Vieira | Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira. Endereço eletrónico: lilianamcorreia@hotmail.com.

#### **Resumo**

Este estudo versa sobre a ação da família Blandy na Madeira e o seu impacto na economia da ilha ao longo do século XIX. O primeiro membro da família Blandy que chegou à ilha, John Blandy, estabeleceu-se na Rua de S. Francisco, como exportador de vinhos, no ano de 1811, depois de ter trabalhado num escritório de contabilidade de uma firma inglesa comerciante de vinhos. Com o lucro obtido, adquiriu diversas propriedades, especialmente no Funchal e no Santo da Serra. Mais tarde, os sucessores estenderam a atividade da empresa John Blandy & Sons a outras áreas, das quais se destacam a exploração de pedreiras no Porto Santo para posterior produção de cal e a criação de uma agência de navegação. Com a decadência do comércio do vinho por volta da década de 70 de Oitocentos, esta empresa familiar inglesa vira as suas atenções para o abastecimento de carvão, água e mantimentos à navegação e consolida o serviço de navegação costeira, com a aquisição de barcos a vapor.

## **Painel de comunicações 4**

**14:00 | 15:30**

Dinis Gouveia Pacheco – *A cal e a construção no Arquipélago da Madeira nos séculos XV-XVI*

### **Nota Curricular**

Mestre em História e Cultura das Regiões pela Universidade da Madeira com a tese *Sociedades e estratégias empresariais nos sectores agro-industriais do vinho e cana sacarina na Madeira (1870-1930)*; docente de História na EBS Dona Lucinda Andrade, em regime de mobilidade/destacamento no ano letivo 2020-21 na *Rota da Cal – Associação de Investigação e Divulgação de Fornos de Cal*. Nos tempos mais recentes investigou a indústria da cal no arquipélago da Madeira, tendo redigido as entradas «A indústria da Cal» e «Núcleo Museológico – Rota da Cal» para o *Dicionário Enciclopédico da Madeira* e o artigo «A Indústria da Cal no Concelho de São Vicente (Séculos XVII-XX)», in *Arquivo Histórico da Madeira*, Nova Série, n.º 2. Endereço eletrónico: dinispax@gmail.com.

### **Resumo**

Sobre esta temática, pretendemos aprofundar o conhecimento sobre esta atividade secular, de enorme relevância para a edificação do espaço insular. Assim, começamos por identificar algumas situações envolvendo a importação de pedra de cal no século XV e início do século XVI para erigir algumas das construções emblemáticas do arquipélago, religiosas e civis, culminando com a proibição de importação de pedra de cal e de laboração de fornos de cal em 1518 por intervenção camarária e em 1519 por D. Manuel I, o qual pretendia preservar a madeira para o fabrico e acondicionamento do açúcar de cana sacarina. Todavia, as necessidades de cal tiveram de ser satisfeitas através de importação e a sua comercialização controlada pela Câmara Municipal do Funchal, além de a utilizar em obras municipais. Poderá datar de meados do século XVI o início da exploração de afloramentos calcários nas ilhas da Madeira e Porto Santo e no ilhéu de Baixo ou ilhéu da Cal, associados às obras de fortificação do Funchal, particularmente após o saque corsário em 1566.

Rui Campos Matos – *Arquitectura e Turismo na Madeira, (Des)Continuidades Históricas*

### **Nota Curricular**

Arquitecto pela Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa (1984) onde se doutorou em Teoria e História (2015) com uma tese financiada pela FCT sobre *A Arquitectura do Turismo*

*Terapêutico*. É investigador do Centro de Investigação em Arquitectura, Urbanismo e Design (CIAUD) da (FA-ULisboa), onde desenvolve um projecto de Pós-Doutoramento cujo tema é *Madeira: Arquitectura, Paisagem e Turismo*, e do Centro de Investigação em Estudos Regionais e Locais (CIERL) da Universidade da Madeira. Exerce a arquitectura como profissional liberal na Madeira desde 1988 onde foi presidente da Delegação da Ordem dos Arquitectos (2014-2018). Para além da regular publicação em revistas científicas e culturais da especialidade tem realizado uma ampla actividade no domínio da divulgação da arquitectura e do património histórico construído na Madeira, tendo publicado os livros *The Origins of Tourism in Madeira – Quintas and Hotels from the Collection Photographia Museu – Vicentes* (DROE e DRAC, 2013), *Architectural Peculiarities of Funchal* (Jóias de Cultura, 2019), *Guia de Arquitectura do Funchal – Século XX* (DMOA, 2020), *Madeira and Porto Santo, Cities, Terrain and Architecture* (co-authored with J. M. Fernandes, 2021). Endereço eletrónico: ruicamposmatos@gmail.com.

### Resumo

Num período que se estende do início do século XIX ao eclodir da Primeira Grande Guerra, existiu, na Madeira, uma arquitectura dedicada à cura de ares que designei como *arquitectura do turismo terapêutico*. Trata-se de uma arquitectura estreitamente relacionada com as origens do fenómeno turístico, isto é, com a presença temporária dos enfermos pulmonares na ilha. A estes se teria ficado a dever, nas palavras de Agustina Bessa Luís, «um verdadeiro registo da identidade madeirense» – construção para a qual terá certamente contribuído a arquitectura do turismo terapêutico: as quintas de aluguer, os hotéis e um dos primeiros sanatórios europeus – o Hospício da Princesa Dona Maria Amélia. Do ponto de vista urbanístico e arquitectónico, o advento do turismo de massas – que, na Madeira, teve início na segunda metade do século XX – deu origem a um processo de ruptura, resultante não só das mutações sofridas pelo próprio fenómeno turístico como também do ideário do Movimento Moderno cujas repercussões na arquitectura dos equipamentos de lazer foi profunda.

Trazida a lume pelos exuberantes espólios fotográficos que o Arquivo e Biblioteca da Madeira conserva e pelas muitas construções que sobreviveram até aos nossos dias, a *arquitectura do turismo terapêutico* – esse passado, onde, putativamente, estaria inscrita a identidade da ilha – continua, todavia, a assombrar a memória dos ilhéus, como fantasma que o tempo não consegue apagar. Cabe, pois, perguntar: terá o turismo de massas, na segunda metade do século passado, estabelecido uma irrecuperável ruptura com o passado? Se assim foi, será ainda possível reestabelecer o elo que liga esse passado ao presente de uma arquitectura do turismo na Madeira? E, finalmente, que saberes encerra o património herdado desse outro tempo – tantas vezes mitificado – que possam vir a ser úteis ao tempo de velocidade e incerteza em que hoje projectamos o futuro? Fundamentado no vasto trabalho de investigação levado a cabo sobre a história da arquitectura na Madeira o artigo procura dar resposta a estas interrogações.

### **Nota Curricular**

Mestre em Arte e Património (2009), pelo Departamento de Arte e Design da Universidade da Madeira e licenciado em História, variante História da Arte (1996), pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Tem trabalhado, ultimamente, em investigação sobre o Património Arquitectónico Modernista e Moderno no Arquipélago da Madeira. É professor efetivo do Ensino Básico e Secundário. Foi responsável pela Secção do Património, da Associação de Arqueologia e Defesa do Património da Madeira (ARCHAIS). É orador em conferências sobre o Património Móvel e Imóvel da ilha da Madeira. É autor de projetos de classificação de edifícios históricos do Arquipélago da Madeira, guionista e apresentador de programas televisivos sobre História e Património Imóvel. Tem trabalhos publicados na área do Património Cultural e é corresponsável pela elaboração de alguns inventários concelhios do Património Imóvel da Região Autónoma da Madeira. É Coordenador da Casa da Cultura de Santa Cruz | Quinta do Revoredo. É investigador do Centro de Investigação em Estudos Regionais e Locais da Universidade da Madeira. Endereço eletrónico: emanuelgaspar19@gmail.com.

### **Resumo**

Desde o inícios do século XX os responsáveis políticos tiveram a preocupação de modernizar o Funchal, pois a cidade não se apresentava em condições de receber o constante afluxo de turistas do norte da Europa, com prementes exigências de mobilidade, de comodidade, de conforto e de salubridade. Na primeira metade do século foram encomendados planos de melhoramentos e de urbanização aos melhores arquitetos nacionais, entre os quais Ventura Terra e o moderno Carlos Ramos, mas que só vêm a ser levados à execução já na década de 40 com grande empenho do diligente presidente da Câmara Municipal do Funchal, Dr. Fernão de Ornelas. Nos anos 40 e 50 trabalham para a cidade o primeiro urbanista português, Faria da Costa, e o primeiro arquiteto paisagista português, Caldeira Cabral. Já nos inícios dos anos 70 é elaborado o primeiro Plano Diretor da Cidade do Funchal, executado pelo respeitado e conceituado arquiteto Rafael Botelho que mapeia toda a cidade atribuindo várias valências às diversas zonas da cidade. Projeta o bairro social da Nazaré dentro do conceito moderno da cidade jardim, funcional, racional e com preocupações de bem estar habitacional. Nos anos 30 surge um modernismo tímido no Funchal pela mão do arquiteto Edmundo Tavares, único profissional a residir na ilha e que era professor na Escola Industrial de Artes e Ofícios. Essa nova linguagem arquitetónica, ténue e incipiente, é interrompida pela gramática de cariz celebrativo, historicista, castiço e monumental do Estado Novo e só vem, de novo, a assumir-se plenamente com o arquiteto Chorão Ramalho, já nos anos do pós-guerra, praticando uma arquitetura moderna mas aculturada e contextualizada. No sentido oposto, pela mesma altura, surge o notável conjunto do Casino Parque Hotel, filiado na ortodoxia do estilo internacional, de autoria do arquiteto Oscar Niemeyer com a colaboração do arquiteto Viana de Lima e com a decoração de interiores do arquiteto Daciano da Costa. Nos anos 60 e 70 outros profissionais,

como Goes Ferreira, Luís da Conceição Teixeira e Adolfo Brazão Vieira, homens formados na escola vanguardista do Porto, também elaboram uma arquitetura moderna, sensível às lições da tradição na senda da arquitetura culta e aculturada que praticava Chorão Ramalho; muitas vezes até em parceria desenvolviam projectos públicos e privados. De notar que a arquitetura de linguagem Modernista e Moderna na Madeira teve os melhores executantes nacionais, e até internacionais, a desenvolverem projetos na ilha, a qual hoje ainda podemos observar e temos o dever de proteger.

## **Painel de comunicações 5**

**16:00 | 17:45**

Luís Timóteo Ferreira – *Contrariar o deserto historiográfico madeirense sobre a medicina e a saúde pública: análise crítica e caminhos possíveis*

### **Nota Curricular**

Professor do Ensino Básico no Funchal. Licenciou-se em História pela Universidade de Coimbra (1991). Aí concluiu a parte curricular do Mestrado em História Contemporânea de Portugal (1994). É mestre em Ciências da Educação, área de Inovação Pedagógica, pela Universidade da Madeira (2011). Aí concluiu a parte curricular do doutoramento em Ciências da Educação, área de Currículo (2014). Actualmente prepara tese de doutoramento em Estudos Contemporâneos pelo Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX (CEIS20) da Universidade de Coimbra sobre a história da medicina, da cirurgia e da farmácia na Madeira. É investigador colaborador, não doutorado, do grupo de investigação História e Sociologia da Ciência e da Técnica do CEIS20. Endereço eletrónico: timoteo.ferreira@edu.madeira.gov.pt.

### **Resumo**

É por demais evidente a constatação de que há um quase deserto historiográfico madeirense sobre a medicina e a saúde pública, seja em termos absolutos, seja em termos comparativos com outros temas e campos da história do arquipélago. Indagar as suas causas poderá ser um trabalho sem grande significado, porque estéril e altamente especulativo. Deixada em suspenso a busca pelas causas, é, todavia, perfeitamente realizável, bem como necessário, proceder a um levantamento exaustivo e à análise crítica da historiografia madeirense sobre o tema como um primeiro passo no sentido de contrariar o deserto historiográfico. É o que esta apresentação procurará fazer em primeiro lugar.

O esforço de definição dos objectos históricos é fundamental para se alcançar aquele desiderato. *Medicina e saúde pública* fazem parte de um campo hoje bastante amplo chamado *ciências da saúde*. A opção pela manutenção daquelas duas categorias não representa a exclusão de outras ciências, mas a admissão, sem dúvida questionável, de que aquelas categorias cobrem o

essencial das ciências da saúde até, sensivelmente, o final do século XIX. Quanto à categoria *medicina*, entenda-se também incluída a *cirurgia*, a *farmácia* e a *enfermagem*. Quanto à categoria *saúde pública* é ainda mundialmente consensual, em parte pelo seu grau de generalidade, a definição dada por Donald Acheson em 1988: «Public health is the science and art of preventing disease, prolonging life and promoting health through organized efforts of society»<sup>8</sup>. A definição é suficientemente útil para que uma história da saúde pública consiga identificar e traçar o desenvolvimento de saberes, de práticas, de tecnologias, de instituições e de políticas que se conjugaram ao longo do tempo. Refira-se que a tradicional história da medicina e da saúde pública tem sido enriquecida nas últimas décadas com a constituição de novos objectos que deslocaram pontos de vista: a história das doenças, dos doentes, dos marginalizados e dos corpos.

Impõe-se, também, que se esclareça o que se entende por historiografia madeirense. Recusando qualquer tipo de polémica, parece-me bastante óbvio que o que define a historiografia madeirense é a espacialidade dos objectos históricos presentes nos tradicionais ou nos renovados campos de investigação histórica. Historiadores madeirenses existiram que não escreveram sobre temas e sobre o espaço do arquipélago e, contrariamente, historiadores não madeirenses o fizeram. Se, porventura, operarmos com um conceito amplo de historiografia, será necessário incluir também outros textos narrativos sobre o passado que pretendem contribuir para a memória e para a identidade do espaço insular.

Por fim, tendo por base a análise crítica da historiografia madeirense e a minha própria investigação em curso, importa equacionar a exequibilidade de caminhos de investigação com base na documentação existente. É minha convicção que, sem a existência de novas e renovadas investigações, os diferentes públicos, mais ou menos instruídos, arriscam-se a ficarem retidos na órbita de uma repetição memorialística, cristalizada na referencialização repetida a uma historiografia nunca renovada ou criticada.

## Nulita Andrade – *A epidemia de cólera na Madeira (1856): das políticas régias às práticas locais*

### Nota Curricular

Doutoranda em História na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, mestre em Estudos Regionais e Locais pela Universidade da Madeira (2014) e licenciada em Português, História e Ciências Sociais (Professores do 2.º Ciclo do Ensino Básico) pela Escola Superior de Educação Almeida Garrett (2003). Presentemente é investigadora integrada do IHC da Universidade Nova de Lisboa e Professora do Quadro de Nomeação Definitiva da

---

<sup>8</sup> ACHESON, Donald, 1988, *Public Health in England. Report of the Committee of Inquiry into the Future Development of the Public Health Function*, London, HMSO.

Escola Básica e Secundária da Ponta do Sol. O seu trabalho incide sobre a História Política e Institucional de Portugal nos séculos XIX e XX. Endereço eletrónico: nulitaandrade@gmail.com.

### Resumo

Ao longo do século XIX, a cólera, a febre-amarela, a peste bubónica, a tuberculose e o tifo, entre outras doenças, atingiram toda a Europa e causaram a morte de um elevado número de pessoas. Assim, não será descabido associar esta centúria à ocorrência de diversas doenças epidémicas, cuja propagação foi facilitada pelo desenvolvimento dos meios de transporte, que, por sua vez, facilitou a circulação de pessoas e mercadorias.

Em 1856, o surto de cólera na Madeira ceifou a vida de mais de 7000 dos seus habitantes em menos de um ano. É evidente que numa época em que o território insular atravessava uma crise económica, não dispunha de saneamento básico, nem de cuidados de saúde ou de higiene mínimos, as doenças sazonais, endémicas e epidémicas encontravam ali um terreno fértil para a sua propagação, sobretudo nas populações mais pobres.

Partindo da premissa de que a saúde e a assistência foram assumidas pela coroa portuguesa, especialmente desde o reinado de D. Manuel I, a comunicação «A epidemia de cólera na Madeira (1856): das políticas régias às práticas locais» assume como objetivo central identificar e analisar as medidas específicas tomadas no espaço insular madeirense com o propósito de controlar a epidemia, em particular as implementadas pelo então governador civil da Madeira, António Rogério Gromicho Couceiro.

Delineado o objetivo e fazendo uma revisão às diferentes fontes de informação, provenientes dos acervos documentais e jornalísticos depositados em diferentes arquivos e bibliotecas (Arquivo e Biblioteca da Madeira, em particular), tentar-se-á responder a três questões essenciais, a saber: **(i)** qual a origem e a evolução do surto de cólera na Madeira, no ano de 1856; **(ii)** quais foram as medidas de controlo da epidemia tomadas pelo governador civil, António Couceiro; **(iii)** e em que grau a sociedade e as autoridades (quer as centrais quer as locais) conseguiram ou não promover a saúde coletiva.

Nélio Pão – *A Assistência Hospitalar na Madeira durante a Epidemia de Cólera de 1856*

### Nota Curricular

Investiga no Centro de Estudos de História do Atlântico – Alberto Vieira | Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira. Licenciado em Biologia; publicou diversos estudos sobre História da Ciência na Madeira, como por exemplo: «A Igreja e a Ciência: O Museu do Seminário Diocesano do Funchal e a Contribuição dos Padres Naturalistas para o Conhecimento da História Natural do Arquipélago da Madeira», in *Anuário do CEHA*, n.º 6, 2014; e «O Primeiro Porto de Escala da Expedição do Endeavour (1768-1771): A Ilha da Madeira nos Diários de James Cook,

Joseph Banks e Sydney Parkinson», in *Anuário do CEHA*, n.º 4, 2012. Endereço eletrónico: nelio.pao@madeira.gov.pt.

### **Resumo**

A cólera-morbo epidémica – provocada pela bactéria *Vibrio cholerae* – chegou pela primeira vez à Madeira em 1856, ceifando, segundo números oficiais, mais de 7000 dos seus habitantes. A natureza contagiosa e fulminante da doença obrigou a que se tomassem um conjunto de medidas de forma a minimizar os contágios e sustentar a progressão da epidemia.

Organizaram-se hospitais provisórios por toda a Ilha da Madeira, os quais, juntamente com o hospital da Misericórdia, tiveram um papel preponderante no auxílio às populações, proporcionando abrigo, tratamento e alimento aos mais carenciados. Contribuíram igualmente para o isolamento dos enfermos da população saudável e foram fundamentais para uma melhor gestão dos meios disponíveis, concentrando recursos humanos e financeiros, escassos à época. A organização e gestão dos hospitais provisórios foi, maioritariamente, da responsabilidade do Governo Civil e das Administrações dos Concelhos, e contou com apoio de particulares e instituições privadas.

José Janes – *João da Câmara Leme, o polemista*

### **Nota Curricular**

Mestre em Ensino da História e licenciado em História pela Universidade de Lisboa. Endereço eletrónico: c.mendesjanes@gmail.com.

### **Resumo**

O presente artigo nasce da investigação levada a cabo no âmbito de um trabalho académico que versa sobre as polémicas de João da Câmara Leme Homem de Vasconcelos (Funchal, 22 de fevereiro de 1829 – 13 de fevereiro de 1902), um ilustre madeirense do século XIX, cujos ramos por onde se embrenhou, profissionalmente, têm sido pouco esmiuçados do ponto de vista académico. O decurso desta investigação levantou matéria historiográfica que merece uma reflexão sob a forma de um artigo, que pretende ser um pequeno contributo para a História Contemporânea da Madeira e, simultaneamente, lançar novas pistas de investigação.

Individualidades há a quem a passagem dos tempos se revela benevolente. Por vezes, acabando por criar uma memória maior do que a sua própria vida. Tal não aconteceu com João da Câmara Leme Homem de Vasconcelos, a quem foi atribuído, na época, os epítetos de «justo» e «sábio». No entanto, passados quase 120 anos da sua morte, poucos são os que se recordam do seu nome e, mais iníquo ainda, raros são os que conhecem a sua intervenção no campo científico, industrial e, sobretudo, político, apesar de ter sido um cidadão extremamente dedicado à generalidade da vida pública madeirense da segunda metade do século XIX.

O estudo que se apresenta incide sobre cinco polémicas que João da Câmara Leme manteve, particularmente, com jornalistas e colegas de profissão, entre as décadas de 60 e 70, e que versam sobre temas tão variados como a Educação, a Medicina e a Indústria. Com o objetivo de enquadrar tais polémicas, foi elaborada uma cronologia abreviada da vida de João da Câmara Leme, entre os anos de 1829 e 1879.

\*

\* \*

**25 de Novembro**

### **Conferência**

**09:30 | 10: 45**

Diogo Ramada Curto – *Madeira, a Terra e o Atlântico*

#### **Nota Curricular**

Investigador do Instituto Português de Relações Internacionais, é doutorado em Sociologia Histórica e professor catedrático no Departamento de Estudos Políticos da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, desde 1981. Foi professor da Cátedra Vasco da Gama em História da Expansão Europeia no Instituto Universitário Europeu de Florença (2000-2008) e professor visitante em várias universidades (Brown, Yale, King's College – Londres, EHESS – Paris). Foi co-fundador e director da colecção “Memória e Sociedade” (1988-2005) da Difel, onde fez publicar cerca de quarenta títulos de história e ciências sociais. Os seus principais interesses de investigação situam-se, actualmente, na área da história global, colonialismo, imperialismo e escravatura. Endereço electrónico: dcur@fcsh.unl.pt.

### **Painel de comunicações 6**

**11:00 | 12:30**

Bruno Abreu Costa – *O Amor e a Luxúria: subsídios para o quotidiano no arquipélago da Madeira (séculos XVI-XVII)*

#### **Nota Curricular**

Licenciado em História (2011) e mestre em História – Sociedades, Políticas e Religiões pela Universidade de Coimbra (2013). Doutorando em Ilhas Atlânticas: História, Património e Quadro

Arquitetura Arquivos  
Bibliotecas Centralidade  
Ciências  
Jurídico Institucional, pela Universidade da Madeira. É autor de diversos estudos sobre o clero, a Igreja e a religiosidade no arquipélago madeirense, durante os séculos XV a XVIII, e é colaborador do Centro de História da Sociedade e da Cultura (Universidade de Coimbra) e do Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias – Universidade da Madeira. Endereço eletrónico: costa.brunoabreu@gmail.com.

### Resumo

Apesar das propostas empreendidas desde as últimas duas décadas do século XX, a “História da Vida Privada” tem pouca representatividade na historiografia madeirense. Tanto escasseiam estudos sobre o quotidiano das mais altas camadas sociais como aqueles que versam os estratos mais baixos e acerca dos quais as fontes rareiam. Mais recentemente, procurou-se esboçar uma “história das emoções”, que permitisse compreender as relações entre comunidades e entre indivíduos; uma prática historiográfica ainda pouco utilizada tanto no contexto português como madeirense. Contudo, não obstante algumas dificuldades metodológicas, existem fontes históricas que permitem observar estas relações humanas e que possibilitam esboçar quadros emocionais sobre os indivíduos nelas presentes. Pretende-se, nesta comunicação, utilizar documentos originários do Tribunal do Santo Ofício de Lisboa, cujos delatores, delatados e réus residam no arquipélago madeirense, para mapear as suas relações e os afetos que as caracterizam. Na medida em que os afetos são mais prevalentes nos delitos de natureza sexual – bigamia, *solicitatio ad turpia* e sodomia –, utilizar-se-ão estas tipologias criminais para alcançar os nossos intentos, cingindo-se aos casos – distribuídos entre denúncias, confissões e processos inquisitoriais – decorrentes nos séculos XVI e XVII. Dada a natureza dos documentos – associada a uma sexualidade ou a uma vida amorosa ilegítima – o foco analítico terá de se afastar da tradicional investigação centrada na sociologia do delito e do delituoso e atentar no conteúdo dos testemunhos para estabelecer ligações entre os intervenientes e através de uma análise qualitativa procurar compreender as suas emoções e, por conseguinte, os seus atos. Assim, a comunicação intenta estudar as características consideradas mais privadas da História – o íntimo, a dois; e o âmago, individualmente –, ao mesmo tempo que propõe fontes e metodologias para a execução de uma “História da Vida Privada” no arquipélago da Madeira.

Rita Rodrigues – *Luxos: na mesa e cama dos madeirenses (séculos XVI a XIX)*

### Nota Curricular

Doutorada em Estudos Interculturais (2012) e mestre em História / variante História da Arte (2000), pela Universidade da Madeira; licenciada em Artes Plásticas / Pintura pelo Instituto Superior de Artes Plásticas da Madeira (1986). É investigadora integrada do ARTIS (Centro de Investigação do Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa) e membro do CIERL (Centro de Investigação em Estudos Regionais e Locais da UMa). Desenvolve investigação na área da pintura, imaginária e talha dos séculos XVI-XIX, e respectiva

Arquitetura Arquivos  
Bibliotecas Centralidade  
Ciências  
Economia

encomenda artística no Arquipélago da Madeira. Como artista plástica expõe desde 1982. É docente do ensino secundário do grupo 600 (Artes Visuais) e encontra-se em regime de requisição na Direção Regional da Cultura / Direção de Serviços de Museus e Património Cultural desde 2015. Endereço eletrónico: rodrrita@gmail.com.

### Resumo

Fon  
Em diversa documentação arquivística, depositada no Arquivo Nacional Torre do Tombo, no Arquivo e Biblioteca da Madeira e no Arquivo Histórico da Diocese do Funchal, especialmente em testamentos, codicilos, inventários, com particular incidência nos orfanológicos, e partilhas de bens, encontram-se referências a materiais e objectos de luxo que identificam, por um lado, os padrões de vida dos seus proprietários/consumidores/utilizadores, evidenciando o poder económico da nobreza madeirense, assim como de mercadores nacionais e estrangeiros que residiam na ilha da Madeira, mas, por outro lado, esta cultura material, símbolo de poder e de estatuto social, não estava adstrita, exclusivamente, às elites socioeconómicas, pois também encontramos o seu uso no quotidiano de gente simples, como artesãos e oficiais mecânicos. Através destes documentos é possível rastrear materiais e objectos importados, por exemplo, do “Oriente”, mas também da Europa, particularmente dos Países Baixos, cuja cultura material testemunha os hábitos de vida, condições económicas e a relação da Madeira com o exterior através do um profícuo comércio, primeiro assente na económica do açúcar – “o ouro branco” – e depois no esplendor vinícola.

Predominam materiais como marfim e tartaruga, além de porcelanas, sedas e panos da Índia, e ainda as tão cobiçadas especiarias.

Pretende-se sistematizar o presente estudo com uma abordagem sobre a cultura material identificadora de materiais e objectos de luxo, acompanhado de imagens (materiais e objectos sobreviventes pertencentes a colecções públicas e privadas) e de anexo detalhado, por ordem cronológica e de entrada alfabética, de forma a possibilitar futuros estudos mais específicos.

Ana Madalena Trigo de Sousa – *Sindicar a Justiça Senhorial: «Os Autos da Residência» do Ouvidor da Capitania de Machico (1740)*

### Nota Curricular

Investigadora Auxiliar, da Carreira de Investigação Científica, do Centro de Estudos de História do Atlântico – Alberto Vieira | Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira. Licenciada em História (1992) e Mestre em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa (Séculos XV-XVIII) (1997) pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (NOVA FCSH). Em 2004 obteve aprovação, por unanimidade, com distinção e louvor, nas Provas Públicas de Acesso à Categoria de Investigador Auxiliar, com a dissertação *O Exercício do Poder Municipal na Madeira e Porto Santo na Época Pombalina e Pós-Pombalina*, editada nesse mesmo ano. Tem vários estudos e ensaios publicados no âmbito da história

política e institucional do arquipélago da Madeira nas épocas moderna e contemporânea.  
Endereço eletrónico: [anamtrigosousa@sapo.pt](mailto:anamtrigosousa@sapo.pt).

### **Resumo**

Em 1740, o então ouvidor da capitania de Machico, Lourenço Biard, era alvo de «residência», isto é, de uma sindicância, devidamente conduzida pelo corregedor que, em representação do rei e nos termos das Ordenações Régias, averiguava a atuação daquele oficial responsável pelo exercício da justiça de 2.<sup>a</sup> instância. O resultado desta diligência revelou-se numa fonte peculiar e de grande interesse para o estudo do papel do ouvidor do donatário. Simultaneamente, permite traçar um cenário social das Vilas de Santa Cruz e de Machico, com os seus vários agentes, e perceber como teriam interagido com o magistrado alvo de sindicância.

Este estudo encontra-se dividido em três partes. Na primeira, são sintetizadas as prerrogativas do donatário da capitania de Machico onde se incluía a capacidade de nomear ouvidor que, em seu nome, exercia a justiça de 2.<sup>a</sup> instância. De seguida, a atenção é focalizada nos provimentos de nomeação de Lourenço Biard como ouvidor e lugar-tenente da capitania de Machico, outorgados pelo donatário entre 1730 e 1753; e na sua ténue presença na documentação municipal de Machico e de Santa Cruz. Os «autos da residência» de 1740 são o fundamento da terceira parte. Estabelecido o enquadramento legislativo das residências, interessa perceber o modo como se processou a sindicância a Lourenço Biard. Assim, a análise do perfil social das 94 testemunhas inquiridas, do conteúdo das suas respostas e, por último, da apreciação feita pelo corregedor sindicante, permitirão perceber esta residência como um instrumento ao serviço do equilíbrio de poderes nos municípios de Santa Cruz e de Machico.

## **Painel de comunicações 7**

**14:00 | 15:30**

Cristina Martins – *Entre a fonte e a narrativa histórica: uma metodologia aplicada às certidões de passaporte das regedorias de paróquia do Funchal (1851-1861)*

### **Nota Curricular**

Licenciada em História da Arte, pela Universidade Nova de Lisboa (2010), e mestre em Estudos Regionais e Locais, pela Universidade da Madeira (2020). Tem artigos publicados sobre a Estrada Monumental e a Ponte do Ribeiro Seco (1848-1928), o Hospital de Santa Isabel do Funchal (1784-1786), a adaptação dos madeirenses na Guiana Inglesa (1846-1852) e a (e)migração madeirense através de certidões de passaporte (1851-1861). É colaboradora no Centro de Investigação em Estudos Regionais e Locais (CIERL/Universidade da Madeira), onde coordena o Projeto MERAM (Para um Museu da Emigração Madeirense). Endereço eletrónico: [martinshenriques@hotmail.com](mailto:martinshenriques@hotmail.com).

## Resumo

A reconstituição de uma dada realidade histórica pressupõe fundamentação teórico-metodológica, análise e interpretação. O investigador compromete-se a observar os registos do passado e a compreendê-los em função de um conjunto de contextos da sociedade em que se integraram. A complexidade da(s) fonte(s) obriga a que este se muna de metodologias de trabalho que o distanciem, dentro do possível, de anacronismos e de enviesamentos interpretativos. A abordagem metodológica utilizada nas certidões de passaporte, outorgadas pelos regedores de paróquia do Governo Civil do Funchal entre 1851 e 1861, um acervo documental por estudar do ponto de vista historiográfico, incidiu na codificação, na computação, na medição de escalas e na produção de dados estatísticos de uma amostragem de 1744 casos, de forma a salientar o perfil dos requerentes de passaporte no decorrer da onzena em estudo. Tal procedimento quantitativo permitiu um levantamento que revelou *quem* foram os titulares das certidões de passaporte: nome, idade, género, estado conjugal, naturalidade, residência, motivos de saída, recorrência, tributações ao Estado, profissão, filiação e autorização de saída, destino, entre outros dados. Pretende-se apresentar, portanto, todo o processo investigativo em que se determinou imperativa a criação de uma base de dados, a fragmentação das informações de cada documento e a respetiva categorização dessas informações. De tal reestruturação, assim como de uma análise estatística minuciosa e da confrontação com a literatura sobre a (e)migração madeirense, surgiram várias conclusões sobre os solicitantes de passaporte de meados de oitocentos.

Fernando Tavares Pimenta – *“Nova Madeira”? Notas e reflexões para o estudo da história da colonização madeirense no Planalto da Huíla (Angola), 1884-1975*

## Nota Curricular

Doutorado em História e Civilização pelo Instituto Universitário Europeu de Florença e investigador integrado do Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa. Foi docente da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e é Professor Auxiliar da Universidade Aberta. Autor de vários livros e artigos nas áreas da História Contemporânea, da História Colonial e da História Insular, foi distinguido com vários prémios científicos ao longo do seu percurso académico, nomeadamente o Prémio Victor de Sá de História Contemporânea (2009), conferido pela Universidade do Minho, e o Prémio Barbosa de Melo de Estudos Parlamentares 2018, conferido pela Assembleia da República. Endereço eletrónico: fernandopimenta\_2000@yahoo.com.

## Resumo

Esta comunicação coloca em perspectiva a história da colonização madeirense no Planalto da Huíla, no Sul de Angola, no período compreendido entre 1884 e 1975. Para além de trazer novos dados sobre essa mesma colonização, procura reflectir sobre a evolução histórica do núcleo de povoamento branco criado pelos madeirenses na década de 1880, tendo em consideração aspectos de ordem social e identitária, consubstanciados na formação de uma comunidade fortemente enraizada em solo africano, cuja identidade e horizontes se situavam plenamente em África. Designados de “chicoronhos”, tanto por negros, como por brancos, os colonos madeirenses da Huíla eram tidos, já nos finais da década de 1920, como constituintes de uma novel “tribo branca” da Huíla. A sua capacidade de adaptação ao território angolano ditou, de facto, o sucesso desse núcleo de povoamento, que foi capaz não só de se adequar à realidade africana, mas também de a moldar, importando, para o efeito, um conjunto de aspectos da sua vivência original na ilha da Madeira. De alguma forma, os colonos madeirenses reproduziram muito da sua vida ancestral nas Terras Altas da Huíla, tanto do ponto de vista material, como em termos espirituais. Para a Huíla, os madeirenses levaram, por exemplo, as levadas, fundamentais para irrigar as suas fazendas – as chamadas chitacas; mas levaram também a devoção a Nossa Senhora do Monte, cujo complexo ainda hoje é um dos ex-líbris da cidade de Lubango (ex-Sá da Bandeira) e uma das principais referências da espiritualidade católica no Sul de Angola. E, inspirando-se no Monumento ao Sagrado Coração de Jesus no Caniço, o engenheiro madeirense Carlos Frazão Sardinha ergueu a imponente estátua do Cristo-Rei na Serra de Chela, sobranceira ao Lubango, inaugurada em 1957 (dois anos antes do Cristo-Rei de Almada). Uma parte da ilha “transplantou-se”, por assim dizer, para o planalto, criando uma comunidade singular no contexto da colonização portuguesa de Angola. De frisar ainda que os descendentes dos colonos madeirenses foram também dos primeiros a assumir uma postura nacionalista, de matriz euro-africana, participando activamente na formação de organizações políticas favoráveis à independência de Angola, nomeadamente a Frente de Unidade Angolana (FUA). Por tudo isto, a colonização madeirense marcou de forma indelével a história das Terras Altas da Huíla, deixando marcas profundas no território e na sociedade locais, que perduraram muito para além da independência.

*Odete Souto – Migração Madeirense para Angola e Moçambique (1940-1974)*

## Nota Curricular

Investiga no Centro de Estudos de História do Atlântico – Alberto Vieira | Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira. Licenciada em Ciências Sociais e mestre em Relações Interculturais (2017) pela Universidade Aberta. Autora da dissertação de mestrado *Os Retornados de África. Estudo de Caso sobre a sua Integração na Madeira*. Endereço eletrónico: [odete.mh.souto@madeira.gov.pt](mailto:odete.mh.souto@madeira.gov.pt).

## Resumo

Neste artigo iremos discorrer acerca da migração madeirense para Angola e Moçambique a partir do ano de 1940 até ao ano de 1974, altura em que se dá início ao retorno massivo dos portugueses residentes naquelas ex-colónias Ultramarinas.

Pretendemos apresentar um estudo assente nas estatísticas demográficas do Instituto Nacional de Estatística (publicadas nos seus Anuários Estatísticos), que possui os dados acerca do movimento de passageiros por via marítima entre a metrópole e as colónias (incluindo os dados dos passageiros madeirenses). O objetivo deste trabalho é fazer uma caracterização dos referidos fluxos em termos estatísticos, demográficos e sociais, com maior incidência sobre a realidade madeirense, mas também em confronto com o que se passava no restante país, bem como comparativamente com a migração existente naquele período para os principais destinos dos madeirenses. Para isso, recorreremos, para além das fontes estatísticas, a estudos científicos que possam existir a nível nacional e/ou internacional acerca do mesmo objeto de estudo ou, na sua inexistência, que incidam sobre o caso português em termos gerais e que permita fazer a ponte entre a realidade madeirense e o restante país.

## **Painel de comunicações 8**

**16:00 | 17:45**

Emília Tavares – *Património Fotográfico: Entre o Arquivo e o Museu, um caso de estudo*

### **Nota Curricular**

Curadora de Fotografia e Novos Media e responsável pela coleção nesta área no Museu Nacional de Arte Contemporânea – Museu do Chiado (Lisboa), desde 2001. Faz parte da Comissão, por nomeação do Ministério da Cultura, que irá estudar a criação do Museu Nacional de Fotografia. Foi responsável pela requalificação museológica do Museu de Fotografia da Madeira – Atelier Vicente's. Comissariou diversas exposições na área da história da fotografia portuguesa e da arte contemporânea no MNAC-MC e noutras instituições. É autora de dezenas de ensaios sobre Fotografia Portuguesa em projetos editoriais nacionais e internacionais. É professora assistente convidada na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e na Escola das Artes da Universidade Católica do Porto. Endereço eletrónico: emitavar@gmail.com.

## Resumo

A especificidade do património fotográfico apresenta complexos desafios à sua salvaguarda física e documental. Ao contrário de muitos outros países, a história e a salvaguarda patrimonial

fotográfica só se iniciou em Portugal na década de 70 do século XX. Neste contexto, não tem sido elaborada uma reflexão vasta e concertada sobre a dualidade que assiste aos acervos fotográficos, que é a da sua natureza arquivística e museológica, e de que forma se podem conciliar e tornar eficazes estes dois âmbitos de preservação, estudo e divulgação. Nesta comunicação abordaremos um caso de estudo e de reflexão que é o da recente criação do Museu de Fotografia da Madeira – Atelier Vicente's, do qual fui a responsável pela requalificação museológica, que consideramos exemplar para refletir sobre esta dupla natureza dos acervos fotográficos, e a partir do qual podem ser elaboradas diretrizes e orientações programáticas para uma política nacional de preservação do património fotográfico.

Ana Paula Almeida – *Ficar bem na fotografia. A visita régia ao Funchal (1901)*

#### **Nota Curricular**

Licenciada em História e Ciências Sociais pela Universidade do Minho. Mestre em Arte e Património pela Universidade da Madeira com apresentação da dissertação *Lugares e Pessoas do Cinema na Madeira – Apontamento para a História do Cinema na Madeira de 1897 a 1930* (editada em 2010 pelo Centro de Estudos de História do Atlântico). É membro colaborador do Centro de Investigação em Estudos Regionais e Locais – Universidade da Madeira. É professora do Quadro de Escola da Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos da Torre, Câmara de Lobos. Endereço eletrónico: anaptameida@gmail.com.

#### **Resumo**

Em junho de 1901, os monarcas portugueses deslocaram-se ao arquipélago da Madeira, naquela que seria a única visita régia oficial a esta região. Para a ocasião, os preparativos foram muitos: as ruas enfeitaram-se com flores, as janelas e as varandas iluminaram-se, o palácio de S. Lourenço sofreu alterações, prepararam-se receções em terra e no mar...

A visita foi bem documentada pelos fotógrafos, profissionais e amadores, madeirenses, nacionais e estrangeiros, que se deslocaram à região. A aceitação da fotografia por parte dos reis, apreciadores e praticantes, terá facilitado na obtenção de uma boa coleção de imagens que fazem parte do espólio do Arquivo e Biblioteca da Madeira.

É nossa proposta analisar a visita régia tendo como fonte primordial a fotografia, uma inovação na época e usada como fonte histórica desde meados do século XX. A referida coleção é composta por inúmeras fotografias de autorias várias e que documentam diferentes momentos da visita.

Jorge Torres – *Os caminhos da etnografia madeirense*

### Nota Curricular

Licenciado em Antropologia pelo ISCSP (Universidade Técnica de Lisboa) e Mestre em Museologia pela Universidade de Coimbra. Membro da Associação Xarabanda desde 1992. Tem extenso trabalho de campo efetuado na Madeira, essencialmente em recolhas de aspetos da cultura tradicional. É autor ou coautor de bibliografia nos campos da tradição cultural madeirense, com especial ênfase na sua componente musical e bibliografia. Endereço eletrónico: jorgemtorres@gmail.com.

### Resumo

A comunicação começará com uma breve apresentação daquilo que se poderá considerar serem as diferentes fases do trabalho etnográfico realizado na Madeira.

Em particular, serão referidos três períodos: um primeiro, caracterizado por referências pontuais em publicações diversas, sejam obras de visitantes estrangeiros, sejam periódicos madeirenses; depois, por volta dos anos 20 do século passado, surge um conjunto de trabalhos tendentes a registar o que seriam os elementos de uma cultura tradicional especificamente madeirense; e uma terceira fase, que poderemos situar a partir dos anos 60/70, que assiste ao surgir de muitos trabalhos etnográficos, essencialmente de âmbito local.

Em quase todos estes contributos, destaca-se a ausência de perspetiva comparativa, o que levou a frequentes casos de “regionalização” de elementos culturais de vastas áreas ou mesmo do todo português. Serão apresentados alguns exemplos, como publicações diversas sobre a linguagem – vocabulários publicados com termos não exclusivamente madeirenses. A área musical servirá também para a apresentação de diversos exemplos dessa perspetiva. No entanto, podem apontar-se alguns casos que constituem exceções a esta visão dominante: para o caso da tecelagem, foi publicada uma investigação de Danilo Fernandes sobre a tecelagem do linho e lã<sup>9</sup>. O autor pesquisa em diversos locais da Madeira, mas tentando encontrar paralelos com algumas regiões continentais na denominação das diferentes peças usadas nos processos produtivos. A partir daí, tira conclusões sobre possíveis origens de populações regionais. Outros exemplos serão também dados.

Seguidamente, abordar-se-á a etnografia madeirense atual e os seus desafios. A este propósito, em primeiro lugar, referir-se-ão as questões conceptuais, que terão de orientar a futura pesquisa, e que se centram em torno da questão da identidade madeirense (o que é, como se caracteriza, o que a distingue doutras componentes da cultura portuguesa); depois, temos as questões práticas (exemplificadas através da música tradicional): os instrumentos tradicionais; o trabalho comparativo pouco sistematizado (incluindo exceções); e a música: tradicional – o que é e como

---

<sup>9</sup> FERNANDES, Danilo José, 2016, *Ferramentas do linho e da lã: o ADN do povoamento rural da Madeira*, Funchal, Grupo de Folclore e Etnográfico da Boa Nova.

se tradicionaliza; popularizada – o que é e como se populariza; e a recriação com base no tradicional – tem limites? Se sim, quais?

Finalmente, transmitem-se algumas ideias para a continuidade do trabalho etnográfico no Arquipélago da Madeira.

Elisabete Marques – “*De penar airoso é o coração do insular*”. *A Ilha da Madeira como emblema da saudade*

### Nota Curricular

Poeta e investigadora no Instituto de Literatura Comparada Margarida Losa (Faculdade de Letras da Universidade do Porto) e na Universidade de Harvard. Enquanto investigadora, está a desenvolver um projecto financiado pela FCT (SFRH/BPD/115342/2016) sobre as relações entre Literatura e Cinema. É co-editora dos livros *Estética e Política entre as artes* (Edições 70) e *Escrita e Imagem* (Documenta). Faz parte da equipa da revista *Skhema*. Foi curadora do ciclo *O Cinema e as outras artes*, no Teatro do Campo Alegre, no Porto. Participa regularmente em colóquios internacionais. Tem vários textos publicados sobre cinema, literatura e intermedialidade, bem como livros de poesia. É doutorada pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, com uma dissertação sobre Maurice Blanchot e Samuel Beckett. Endereço eletrónico: [elisabetefm@gmail.com](mailto:elisabetefm@gmail.com).

### Resumo

*A Corte do Norte*, de Agustina Bessa-Luís, inicia-se com a descrição do sentimento de saudade associado à Ilha da Madeira: «Esta é uma primeira definição de saudade de que a ilha gasta há séculos. Porque de penar airoso é o coração do insular e nisso doutorado: «sentido com desejar em que a esperança cabe»» (p. 7). Este tópico atravessará, por vezes de forma subtil, toda a trama romanesca, sendo a obsessão de diversas personagens pelo enigma de Rosalina – personagem misteriosa e ausente – paradigma disso. De tal modo esse singular sentimento é determinante que é ainda com ele que o romance termina: «quanto às saudades, continua enigmático o seu sentido, com o que persiste o axioma de que o enigma existe» (p. 273), lemos a poucas linhas do fim. Tentaremos, pois, propor uma leitura segundo a qual a Madeira aparece neste texto como uma espécie de emblema do desejo nunca concretizado («desejo em que a esperança cabe») que é a saudade. As paisagens sublimes da ilha, isto é, escarpadas e extremas, são entendidas como extensões visuais do carácter abismado (arrebataador e terrífico) da saudade. Porque a associação das paisagens a esse peculiar sentimento nostálgico é amplamente explorada na adaptação de João Botelho, também evocaremos o filme na nossa reflexão. Finalmente, tentaremos mostrar que o que verdadeiramente está em jogo na ligação estabelecida entre ilha e saudade é uma reflexão sobre a própria criação artística.

26 de Novembro

### **Painel de comunicações 9**

09:30 | 11:15

Javier Luis Álvarez Santos – *Los otros isleños de Canarias: La insularidad portuguesa en el proceso de conformación de la sociedad canaria durante los siglos XVI y XVII*

#### **Nota Curricular**

Doctor con mención internacional en Historia Moderna por la Universidad de La Laguna y la Universidade Nova de Lisboa (2016). Premio extraordinario de doctorado por la Universidad de La Laguna. Su línea principal de trabajo está centrada en el estudio histórico del proceso de formación de las identidades insulares de la Macaronesia a partir de las movilidades de individuos exógenos y de las transferencias mercantiles transoceánicas, especialmente durante la consolidación del mundo atlántico a lo largo de los siglos XVI y XVII. Es investigador junior en el CHAM – Centro de Humanidades, donde dirige el proyecto *Emigration and social inclusion in Cape Verde and Canary Islands. Historical analysis towards identity building in contact areas*, y coordina el subgrupo de investigación *História do Espaço Ibérico e ibero-americano (séc. XV-XIX)*. Participa como investigador en el proyecto europeo *FAILURE* dentro del programa de innovación Marie Skłodowska-Curie. Ha impartido docencia en la Universidad de Las Palmas de Gran Canaria, en la Universidad de La Laguna, en la Universidade dos Açores, en la Universidade Nova de Lisboa y en la Pontificia Universidad Católica del Perú. Su investigación ha sido reconocida con la mención de finalista en el premio de investigación Viera y Clavijo de Humanidades 2018, convocado por la Casa de Colón y el Cabildo de Gran Canaria. Asimismo su libro más reciente, *Identidad insular y espacio atlántico. Portugal y Tenerife en tiempos de la Unión Ibérica* (Catarata/Cabildo de Gran Canaria, 2019), fue galardonado por la Academia Portuguesa da História con el Prémio da Fundação Calouste Gulbenkian no âmbito da História da Presença de Portugal no Mundo. Enderezo electrónico: javier.santos@fch.unl.pt.

#### **Resumo**

Las islas de la Macaronesia han estado condicionadas por su geografía insular. El carácter fragmentado y aislado del territorio, al tiempo que fronterizo y relacionante de estos peñascos en el seno del Atlántico, han determinado la naturaleza de sus habitantes desde su incorporación al Occidente. Esta dualidad compuesta por las limitaciones geográficas y el dinamismo

socioeconómico construyó entre sus moradores una cosmovisión particular del mundo insular y del entorno circunatlántico.

La comunicación que presentaremos ahondará en las particularidades sociales que definieron a la comunidad isleña portuguesa –madeirense y azoriana– en el espacio insular castellano de la Macaronesia: las Islas Canarias. El carácter fronterizo de estos archipiélagos ibéricos en el Atlántico definió la organización social en el ámbito insular macaronésico, en las que destacaron las aportaciones de diferentes comunidades forasteras. Particularmente relevante en Canarias será la presencia de portugueses procedentes de Madeira y Azores, especialmente durante el periodo de la agregación de Portugal a la Monarquía Hispánica. Estos otros insulares entremezclaron sus intereses con el devenir de los canarios, haciendo de las necesidades ajenas las suyas propias. Estos estrechos vínculos facilitaron la aceptación de estos individuos exógenos por parte de esta otra sociedad insular. El objeto de este trabajo es identificar aquellos trazos madeirenses y azorianos que conformaron una identidad ibérica común en las Islas Canarias: la insular.

Jorge Manuel Martins Ribeiro – *Os madeirenses na Guiana Inglesa e a forma como eram vistos pelos cônsules de Portugal aí destacados entre 1845 e 1891*

#### **Nota Curricular**

Professor Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, no Departamento de História e de Estudos Políticos e Internacionais. É investigador integrado do Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória» (CITCEM) e do Projeto Internacional Culturas Urbanas financiado pelo Ministério de Economia e Competitividade de Espanha. É autor de diversos artigos sobre História Moderna e Contemporânea, com particular ênfase na História diplomática, História da política externa portuguesa e História das comunidades estrangeiras na cidade do Porto. A sua dissertação de doutoramento sobre as relações bilaterais Portugal-EUA intitula-se *Comércio e Diplomacia nas relações luso-americanas (1776-1822)* e a dissertação de mestrado, publicada pela Fundação Eng.º António de Almeida, em 1990, tem o título *A comunidade britânica do Porto durante as invasões francesas 1807-1811*. Tem artigos publicados em português, inglês, francês e espanhol, tanto em Portugal como no estrangeiro. Endereço eletrónico: [jribeiro@letras.up.pt](mailto:jribeiro@letras.up.pt).

#### **Resumo**

Nesta comunicação, vamos estudar o modo como os madeirenses que tinham emigrado e viviam, na então Guiana Inglesa, eram vistos pelos representantes consulares portugueses para aí destacados. Tentar-se-á ver como eram retratados pelos cônsules na sua correspondência oficial com o Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros. Assim, através destas informações procuraremos perceber qual a imagem que chegava a Lisboa destes migrantes. Ao

mesmo tempo procurará dar-se uma ideia do trabalho desenvolvido por estes agentes, na defesa dos interesses dos milhares de portugueses, residentes nesta colónia britânica.

Este é um dos muitos episódios da história da diáspora portuguesa no mundo; pois “empurrados” para fora do seu torrão natal, que não lhes proporcionava sustento, tal como milhões de outros seres humanos tentaram a sua sorte nas Américas. Com este trabalho tentaremos dar um contributo para um melhor conhecimento deste episódio da migração portuguesa, sobretudo de naturais da Madeira, muitas vezes pouco referenciada nas grandes obras-síntese sobre a emigração/imigração.

Ismael Cerqueira Vieira – *Geografias médicas e a apologia do clima madeirense no tratamento da tísica no século XIX*

#### **Nota Curricular**

Historiador e investigador do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX (CEIS20) da Universidade de Coimbra. Pós-doutorado em História da Ciência pela Universidade de Coimbra. Dedicar-se ao estudo de temas de história social, história da saúde e história da medicina do período contemporâneo. Endereço eletrónico: [ismaelcerqvieira@gmail.com](mailto:ismaelcerqvieira@gmail.com).

#### **Resumo**

Na primeira metade do século XIX o clima madeirense adquiriu boa reputação no tratamento da tuberculose ou tísica, à luz das concepções médicas da época.

Existia a crença de que um clima ameno e salutar era o ideal para o tratamento desta doença, o que levou médicos portugueses e estrangeiros a recomendarem a Madeira como um destino climatoterapêutico. Apareceram assim várias geografias médicas, que se dedicavam a fazer uma descrição das propriedades da geografia e do clima da Madeira, numa clara apologia a este destino.

Com esta comunicação pretende-se contribuir para a discussão em torno da importância das geografias médicas e do seu enfoque ecológico na promoção da Madeira como centro de climatoterapia nacional e internacional na primeira metade do século XIX.

Duarte Nuno Chaves – *Notas históricas para o estudo do itinerário do pão e das suas técnicas nos Açores com algumas analogias ao arquipélago da Madeira*

#### **Nota Curricular**

Doutor em História da Arte pela Universidade de Évora. Como bolseiro do Fundo Regional de Ciência e Tecnologia do Governo Regional dos Açores, completou no ano de 2020, um projeto

de Pós-Doutoramento intitulado: *Religiosidade e memória coletiva em contexto de turismo cultural*. No âmbito do exercício de funções públicas é atualmente investigador da Fundação Gaspar Frutuoso e Subdiretor do CHAM – Centro de Humanidades da Universidade dos Açores. Colabora, ainda, com a Universidade dos Açores enquanto docente, lecionando disciplinas nas áreas da Inventariação Museológica e Património Cultural, nas licenciaturas de História, Turismo e Pós-Graduação em Turismo Cultural. Integra o CHAM, desde 2008, onde participa e coordena vários projetos dedicados ao estudo do Património Cultural Imaterial, integrado no grupo de investigação “As Artes e a Expansão Portuguesa”. Enquanto coordenador, autor e coautor, é responsável pela edição e participação em diversos livros, artigos e capítulos, editados em Portugal, Espanha, Polónia e Brasil, versando questões ligadas ao espaço insular da Macaronésia, particularmente sobre os domínios da História, Identidade, Religiosidade, Tradições e Turismo. Em 2018, o seu livro *As Imagens de Vestir da Procissão dos Terceiros: Um legado franciscano em S. Miguel, Açores, séculos XVII a XXI*, tendo como base a sua tese de doutoramento, foi galardoado com o prémio “Lusitania-História de Portugal”, da Academia Portuguesa da História. Será de mencionar a sua atividade enquanto produtor e realizador de documentários de cariz histórico e antropológico, aproveitando o campo do audiovisual como suporte de produção de fontes. Inserido na linha temática “Património e Memória” do CHAM, está a realizar atualmente um conjunto de documentários, onde é feito um levantamento das tradições gastronómicas no arquipélago dos Açores, inserido no projeto *TASTE – Taste Azores Sustainable Tourism Experiences*. Endereço eletrónico: [duarte.ns.chaves@uac.pt](mailto:duarte.ns.chaves@uac.pt).

## Resumo

«A alimentação é [...] um ato social e cultural alicerçado em significados que agrega pessoas, ritma o cotidiano, marca os momentos festivos, requer conhecimentos técnicos para a preparação das receitas e cuidados para a manipulação e a cozedura dos alimentos.»<sup>10</sup>

A presente comunicação tem como objetivo principal contribuir para um melhor conhecimento da relevância que o pão e as técnicas empregues nos processos de panificação apresentam na dieta alimentar de açorianos e madeirenses, tendo como base de estudo os resultados preliminares do trabalho de campo realizado, no período de 2019 a 2021, inserido no projeto de investigação da Universidade dos Açores *TASTE – Taste Azores Sustainable Tourism Experiences*. Apesar da nossa investigação incidir essencialmente nas ilhas açorianas, efetuamos alguns paralelismos existentes com os derivados da panificação no arquipélago da Madeira, esperando assim contribuir para um *corpus* historiográfico da alimentação insular e atlântica que urge construir.

---

<sup>10</sup> WOORTMANN, Ellen e CAVIGNAC (org.), 2016, *Ensaio sobre a Antropologia da alimentação: saberes, dinâmicas e patrimônios*, Natal, EDUFRN.

## **Painel de comunicações 10**

**11:30 | 13:00**

Isabel Drumond Braga – *Um projeto utópico: o estabelecimento de uma colónia naturista infantil na Madeira (1929)*

### **Nota Curricular**

Professora associada com agregação da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, na área de História, para onde entrou por concurso público em 1990. Foi professora visitante na Universidade Federal Fluminense (Brasil), na Università di Catania (Itália), na Universidade Federal da Uberlândia (Brasil) e na Universidade Estadual de Londrina (Brasil). Professora do programa Erasmus Plus, na Università degli Studi della Tuscia (Viterbo-Itália), de 2007 a 2015, e da Università degli Studi Internazionali di Roma (UNINT-FIT), desde 2016. Tem desenvolvido investigação e lecionado nas áreas de História Social, História de Género, História Cultural e História das Práticas do Quotidiano, em especial História da Alimentação, das Épocas Moderna e Contemporânea. Membro de diversos projetos de investigação em Portugal, Espanha, Itália e Brasil e orientadora de projetos de pós-doutoramento, doutoramento e mestrado, nas áreas da História da Inquisição, da História das Práticas Culturais e da História da Alimentação. Endereço eletrónico: isabeldrumondbraga@gmail.com.

### **Resumo**

Em Portugal, durante as primeiras décadas do século XX, foram crescendo os adeptos do vegetarianismo e do naturismo, devido à ação da Sociedade Vegetariana de Portugal. A ligação do vegetarianismo ao naturismo foi uma realidade palpável desde cedo. Isto é, os adeptos destas práticas defendiam ideias semelhantes: benefícios da água, do ar, do sol e conseqüentemente de uma vida em contato com a natureza, a par de uma alimentação natural, isenta de carne e de peixe, em paralelo aos ataques ao tabaco, às bebidas excitantes e ao álcool. Naturistas e vegetarianos estavam de acordo que uma maneira de viver não conforme às leis da natureza era a principal causa das enfermidades.

O maior ativista do vegetarianismo foi Amílcar de Sousa (1876-1940), médico formado na Universidade de Coimbra, em 1905, que aderiu ao naturismo em 1910, depois de ter se tornado vegetariano. Além de ter sido autor de diversas obras, em 1929, propôs à Sociedade das Nações a criação de uma colónia naturista infantil na ilha da Madeira. É esse projeto utópico que se pretende dar a conhecer.

## Mathias Saecker – O “longo braço” do regime nazi na Madeira, 1933 – 1939. O caso do cônsul alemão

### Nota Curricular

Historiador e germanista, formado pela Universidade de Colónia, professor na Universidade de Bona, Studienkolleg (1997 – 2009), colaborador científico numa instituição do Ministério de Defesa (2009 – 2015), investigador independente (desde 2016), membro da International Society for First World War Studies; principal temática de investigação: história das relações entre a Madeira e a Alemanha. Endereço eletrónico: mathias.saecker@gmx.de.

### Resumo

Na época do regime hitleriano, Emil Gesche representou o *Reich* alemão na Madeira, como cônsul honorário. Juntamente com Gilbert Schnitzer, o seu sócio judeu, dirigiu uma empresa de importações, provenientes principalmente da Alemanha. O duplo papel de comerciante e cônsul permitiu-lhe um acesso privilegiado a contactos comerciais na Alemanha, dando origem a queixas de negociantes alemães na Madeira.

A partir de 1933, alguns desses empresários afiliaram-se na Organização para o Exterior (AO) do *NSDAP* e dissimularam o conflito económico numa questão ideológica perante os princípios do Nazismo. A fim de prejudicar Gesche economicamente, enviaram documentos à legação alemã em Lisboa, denunciando que o cônsul defendia posições incompatíveis com a política do regime nazi.

Após longas controvérsias, o ministro Huene e o chefe do grupo nacional da AO (*Landesgruppenleiter*), Claussen, acordaram, na primavera de 1935, que Gesche permanecesse no cargo sob a condição de manifestar a sua lealdade ao Terceiro *Reich*. Para satisfazer este requisito, o cônsul logo organizou estadias, na Madeira, de visitantes alemães em viagens efetuadas por instituições nazistas, o que obteve um envolvimento entusiasta por parte de diversos sectores da sociedade madeirense.

Os adversários de Gesche não abandonaram, porém, a sua luta, informando as autoridades alemães responsáveis pelo comércio externo que o sócio do cônsul era judeu. Estas, por sua vez, incentivaram os parceiros comerciais alemães da *Gesche & Schnitzer Lda.* a transferir as suas agências madeirenses, detidas pela mesma, para empresas “arianas”. Perante a pressão crescente dos órgãos do Estado e do *NSDAP*, Huene aconselhou o cônsul, na primavera de 1938, à separação de Schnitzer.

Para realizá-la, era preciso a dissolução da sociedade, que tinha, desde há muitos anos, uma elevada dívida com o seu principal fornecedor *C. Woermann* de Hamburgo. Faltando-lhe o capital líquido para o reembolsar, Gesche solicitou um empréstimo ao *Reich* (*Reichskredit*), que lhe foi negado. Até meados de 1939, o cônsul procurou desesperadamente alternativas para angariar o capital necessário na Alemanha. Todavia, estas falharam devido aos estritos regulamentos cambiais. À luz da parceria comercial com um judeu, as autoridades alemãs aplicaram-nos de forma intransigente.

Arquitetura Arquivos  
Bibliotecas Centralidade  
Ciência  
Gestões  
Cultura  
Educação  
Fontes  
Histórias  
Instituições Insularidade

Gesche viu-se, então, obrigado a vender partes significativas da sua empresa ao negociante sírio Kassab, estabelecido na Madeira. A prevista colocação de Schnitzer como sócio-gerente de Kassab fracassou porque o importante fornecedor alemão *Hanomag* submetia uma relação comercial ao critério de o eventual parceiro ser “ariano”. Embora o cônsul ainda hipotecasse a sua residência privada, já não conseguiu evitar a liquidação forçada da *Gesche & Schnitzer* devido à insistência da *C. Woermann* numa amortização da dívida a curto prazo. Gesche manteve o cargo de cônsul, mas como comerciante, ficou prejudicado pelas práticas antisemitas do regime nazi.

## Helena Pinto Janeiro – *Da Deportação ao Refúgio ou à Morte: As Ilhas da Madeira e Timor-Leste nas Memórias Portuguesas da II Guerra Mundial*

### Nota Curricular

Historiadora no Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal, investigadora do Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa e membro do Comité Internacional de Editores de Documentos Diplomáticos (ICEDD). Autora de numerosas publicações, *Empires and Colonial Incarceration in the Twentieth Century* é o seu livro mais recente (Routledge, 2021, co-edição, com Philip J. Havik, Pedro A. Oliveira e Irene F. Pimentel). Atualmente, pesquisa os judeus e outros candidatos a vistos para Portugal e a ação da rede consular portuguesa durante a II Guerra Mundial, no âmbito do projeto de investigação *Refuge, Migration and Holocaust (1936-1945): The Visa Collection of the Diplomatic Archives and the Photographic Collection of the Portuguese Red Cross*. Endereço eletrónico: [helena.pinto.janeiro@fcs.unl.pt](mailto:helena.pinto.janeiro@fcs.unl.pt).

### Resumo

Nesta comunicação pretende-se refletir sobre o papel que a história dos refugiados gibraltinos no arquipélago da Madeira, durante a II Guerra Mundial, desempenha na memória coletiva dos portugueses sobre este conflito mundial. Durante várias décadas, a memória dos refugiados gibraltinos parece ter estado escondida à vista de todos, tanto na Madeira como em Gibraltar. Nos últimos anos, ganhou nestas duas regiões uma visibilidade a vários títulos excecional, com programas de intercâmbio patrocinados pelos governos respetivos, envolvendo programas de história oral e construção de memoriais. Contudo, em Portugal continental, é ainda uma memória praticamente desconhecida, emergindo episodicamente como arma de arremesso contra o crescente protagonismo do cônsul Aristides Sousa Mendes como herói português da paz, homenageado com honras de Panteão Nacional em 2021. A partir dos resultados de uma investigação em curso sobre memoriais portugueses da II Guerra Mundial em Portugal e Timor-Leste, analisaremos as linhas de contacto entre os processos de memorialização na Madeira e no continente em torno dos temas do refúgio e da paz. Refletiremos, ainda, sobre como, no caso

da Madeira, o acolhimento aos refugiados ajudou a diluir a memória da ilha como local de deportação. Finalmente, veremos como Timor-Leste, uma outra ilha destino de deportados, oriundos da metrópole e de outros pontos do império, não só não logrou escapar à guerra como vê, até hoje, as dezenas de milhares de mortos que sofreu durante a invasão japonesa, entre vítimas e combatentes, ausentes dos espaços memoriais em Portugal.

## **Contactos DRABM/CEHA-AV**

CENTRO DE ESTUDOS DE HISTÓRIA DO ATLÂNTICO – ALBERTO VIEIRA

Morada: Rua das Mercês, n.º 8, 9000-224 Funchal

Email: [ceha@madeira.gov.pt](mailto:ceha@madeira.gov.pt) / [ahm.drabm.srtc@madeira.gov.pt](mailto:ahm.drabm.srtc@madeira.gov.pt)

Telef. geral: (351) 291 214 970

DIREÇÃO REGIONAL DO ARQUIVO E BIBLIOTECA DA MADEIRA

Morada: Caminho dos Álamos, n.º 35, Santo António, 9020-064 Funchal

Email: [drabm.srtc@madeira.gov.pt](mailto:drabm.srtc@madeira.gov.pt)

Telef. geral: (351) 291 145 310